



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Inmetro nº 147, de 23 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2016, Seção 1, páginas 83 e 84, onde se lê:

"Ajustes e esclarecimentos à Portaria Inmetro nº 309/2014 1 As Notas 3 e 4 do subitem 5.1.4 do RTQ", leia-se:

"Ajustes e esclarecimentos à Portaria Inmetro nº 309/2014 1) As Notas 3 e 4 do subitem 5.1.4 do Anexo C do RTQ"

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 51, DE 20 DE MAIO DE 2016

Aprovar o Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá (Processo Nº 02070.002331/2012-28).

O PRESIDENTE, SUBSTITUTO, DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 21 do Decreto nº. 7.515, de 08 de julho de 2011, e pela Portaria nº. 119/MMA, de 23 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2013,

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e o Decreto Federal Nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, que a regulamentou;

Considerando a Instrução Normativa ICMBIO nº01, de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo de Unidades de Conservação Federal das categorias RESEX e RDS; e

Considerando que o Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá, instituído pela Portaria Nº 106/2009/ICMBio, aprovou o Plano de Manejo da Unidade conforme RESOLUÇÃO Nº01, de 10 de Janeiro de 2014.

Considerando os pronunciamentos técnicos e jurídicos contidos no processo administrativo nº 02070.002331/2012-28, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá, cujo extrato do conteúdo consta do Anexo I da Portaria.

Art. 2º Disponibilizar para acesso público, em atendimento ao disposto no Art. 16 do Decreto Federal Nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002, o conteúdo integral do Plano de Manejo da unidade para consulta, em versão impressa na sede do Instituto Chico Mendes em Brasília, na sede da Unidade na cidade de Gurupá/PA e em meio digital na página eletrônica do ICMBIO na rede mundial de computadores.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS

PORTARIA Nº 70, DE 23 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 38 do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.002746/2016-71, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada em favor de EDNA PEREIRA, CPF nº 539.558.978-34, companheira do anistiado político FLORIANO FRANCISCO DEZEN, CPF nº 453.937.458-34, Matrícula SIAPE 1823779, em caráter vitalício, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e ss da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 10 de novembro de 2012, data de falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

PORTARIA Nº 71, DE 23 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 38 do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.002886/2016-40, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, em favor de ROSA GIESEL, CPF nº 563.892.649-68, companheira do anistiado político EDÉSIO FERREIRA, CPF nº 436.329.559-72, Matrícula SIAPE 1522445, em caráter vitalício, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e ss da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 27 de abril de 2016, data de falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

PORTARIA Nº 72, DE 23 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 38 do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.002466/2016-63, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, em favor de NIEDE DE SOUSA CORRÊA, CPF nº 079.486.228-45, viúva do anistiado político ANTÔNIO JOSÉ CORRÊA, CPF nº 504.664.298-00, Matrícula SIAPE 1559202, em caráter vitalício, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e ss da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 11 de março de 2016, data de falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO ADJUNTO

Em 19 de maio de 2016

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com respaldo no art. 26 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46218.004795/2012-22
Entidade	FITEMASUL - Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e Malharias da Região Nordeste do Rio Grande do Sul
CNPJ	87.815.452/0001-00
Fundamento	NT 995/2016/CGRS/SRT/MT.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, e ainda com fundamento na Nota Técnica 996/2016/CGRS/SRT/MT, resolve INDEFERIR o Pedido de Registro Sindical referente ao SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE BARÃO DE GRAJAÚ- MA, CNPJ 07.739.320/0001-07, Processo 46000.003957/2006-11, nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 997/2016/CGRS/SRT/MT, resolve INDEFERIR o Processo de Pedido de Registro Sindical 46000.003931/2006-64 de interesse do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Campo Verde - MT, CNPJ 04.502.151/0001-07, com respaldo no artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com respaldo no art. 26 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e nas seguintes Notas Técnicas, resolve INDEFERIR os processos dos sindicatos abaixo relacionados:

Processo	46224.003296/2010-77
Entidade	SINTABO - Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Boqueirão e Região.
CNPJ	01.642.999/0001-35
Fundamento	NT 998/2016/CGRS/SRT/MT

Processo	46225.003230/2012-39
Entidade	SINTMMGFMACEBVERR - Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral, Feiras, Mercados, Armazéns, Caminhões e Embarcações de Boa Vista e do Estado de Roraima
CNPJ	16.748.166/0001-20
Fundamento	NT 999/2016/CGRS/SRT/MT

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na Nota Técnica 1000/2016/CGRS/SRT/MT, resolve DEFERIR o registro ao SINDMUNICIPAL - Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais de José Bonifácio e Região, Processo 46219.015077/2012-71, CNPJ 53.206.678/0001-91, para representar a categoria dos Trabalhadores no Poder Público Municipal dos Municípios de José Bonifácio-SP, Ubarana-SP, Adolfo-SP e Mendonça-SP, sejam eles na ativa ou aposentados, estatutários, celetistas, sejam efetivos, comissionados ou contratados administrativamente, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Adolfo, José Bonifácio, Mendonça e Ubarana - SP. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES resolve, ainda, DETERMINAR a exclusão da categoria dos Trabalhadores no Poder Público Municipal dos Municípios de José Bonifácio-SP, Ubarana-SP, Adolfo-SP e Mendonça-SP, sejam eles na ativa ou aposentados, estatutários, celetistas, sejam efetivos, comissionados ou contratados administrativamente, da representação do UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11; nos Municípios de Adolfo, José Bonifácio, Mendonça e Ubarana - SP, conforme determina o art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na Nota Técnica 1001/2016/CGRS/SRT/MT, resolve DEFERIR o registro ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de UBÁ - MG, Processo 46211.009063/2009-93, CNPJ 11.300.291/0001-50, para representar a categoria Profissional dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais: Assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas, e eventuais na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietário, posseiros, assentados, meeiros, parceiros arrendatário, e extrativistas, com abrangência municipal e base territorial no município de Ubá - MG.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, em cumprimento à decisão judicial prolatada nos autos do Processo 0000641-41.2015.5.10.0007, interposto na 7ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica 1002/2016/CGRS/SRT/MT, resolve ARQUIVAR a impugnação 46000.009205/2015-46 com base no artigo 18, inciso IV, da Portaria 326/2013; DEFERIR, nos termos do art. 25, inciso IV, da Portaria 326/2013 o Pedido de Registro Sindical 46248.000489/2014-21, de interesse do SAAETM-AP - Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar das Regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba do Estado de Minas Gerais - MG, CNPJ 19.736.634/0001-35, para representar a Categoria profissional dos Auxiliares de Administração Escolar - trabalhadores e profissionais da educação escolar que exerçam suas atividades laborais não docentes em estabelecimentos ou instituições privadas de ensino que ministrem educação básica e superior, educação de jovens e adultos, exceto cursos livres, cursos profissionalizantes, educação especial, de idiomas e do Sistema S não regidos pelo MEC, na base territorial de Abadia dos Dourados, Água Comprida, Araguari, Araporã, Araxá, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Campo Florido, Canápolis, Capinópolis, Carneirinho, Cascalho Rico, Centralina, Comendador Go-



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - DIMAN**

**PLANO DE MANEJO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL ITATUPÃ-BAQUIÁ, GURUPÁ, PARÁ.**



Maio, 2016



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

Presidente da República Federativa do Brasil
Michel Temer

Ministra de Estado de Meio Ambiente - MMA
José Sarney Filho

José Sarney Filho
Secretário Executivo
Marcelo Cruz

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Cláudio Carrera Maretti

**Diretora substituta da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de
Conservação**
Lilian Letícia Mitiko Hangae

**Coordenador Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidade de
Conservação**
Felipe Melo Rezende

Coordenador de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo
Érica de Oliveira Coutinho

Coordenador Regional CR 4
Fernando Barbosa Peçanha Junior

Chefe da RDS Itatupã-Baquiá
Pedro Alves Vieira

Supervisão Técnica e Coordenação do Plano de Manejo

Desireé Cristiane Barbosa da Silva
Pedro Alves Vieira

Equipe Técnica Envolvida na Elaboração do Plano de Manejo:

Paulo Henrique Borge de Oliveira Junior- Engenheiro Agrônomo;
Carlos Augusto Pantoja Ramos – Engenheiro Floresta;
Wanderléa da Costa Almeida - Engenharia Florestal;
Ted Quemel da Fonseca - Engenharia Florestal;
Eduardo Henrique de Menezes Silva Barros – Biólogo;
Gledsan Maria Caldeira da Trindade – Técnica e Zootecnia

Equipe de Colaboradores envolvidos diretamente na Elaboração do Plano de Manejo:

Manoel João Gama dos Santos;
Francisco da Silva Pereira;
Josinaldo Almeida Moreira;
Maria Auxiliadora Ferreira de Souza;
Graciele Ferreira Ferro;
Maria José Ferreira de Jesus
Manoel Cordovaldo Chaves de Souza
Raimundo Anacleto das Graças Chaves de Souza;
Antônio do Socorro Cordovil de Souza;
Wesley Cordovil de Souza;
Raimundo da Trindade Fernandes Dias;
Sinval de Nazaré Rodrigues de Souza;
Miguel Sousa Cardoso;
Miguel Ferreira de Souza Filho;
Maria Raimunda Ferreira de Souza;
Maria Roseli Souza Santos;
Benedito Lopes Albuquerque;
Raimundo Antonio Ferro de Souza;
Manoel Maria Mar Ferro;
Antonio de Jesus Ferreira Melo;
Manoel Sebastião Fernandes Lourenço;
Maria Lúcia Pires Brilhante;
Marta da Silva Nascimento;

CONTEÚDO

1.	Diagnóstico.....	11
1.1.	Ficha Técnica.....	11
1.2.	Introdução.....	12
1.2.1.	Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Plano de Manejo: Conceitos.....	12
1.2.2.	Metodologia de elaboração do Plano de Manejo da RDS Itatupã-Baquiá.....	13
1.3.	Informações Gerais da RDS Itatupã-Baquiá.....	15
1.3.1.	Região.....	15
1.3.2.	Acesso.....	19
1.3.3.	Histórico de criação da RDS Itatupã-Baquiá.....	20
1.4.	Aspectos Culturais e Históricos.....	22
1.4.1.	A luta pela terra em Gurupá.....	22
1.4.2.	Representação e organização das comunidades da RDS Itatupã-Baquiá.....	26
1.4.3.	Práticas Produtivas, formas de uso e manejo dos recursos naturais.....	30
1.4.4.	Visão da Comunidade em relação à RDS Itatupã-Baquiá: importância da UC e conflitos existentes.....	41
1.4.5.	Situação Fundiária.....	44
1.5.	Caracterização dos Fatores Abióticos e Bióticos.....	44
1.5.1.	Meio Físico.....	44
1.5.2.	Meio Biótico.....	49
2.	PLANEJAMENTO DE AÇÕES PARA A RDS ITATUPÃ-BAQUIÁ.....	55
2.1.	Zoneamento da Unidade de Conservação.....	55
2.1.1.	Zona de Preservação – Zona I.....	59
2.1.2.	Zona de Baixa Intensidade de Uso – Zona II.....	59
2.1.3.	Zona Populacional e de Manejo Florestal Comunitário – Zona III.....	60
2.1.4.	Zona de Amortecimento – Zona IV.....	61
2.2.	Concessão de Direito Real de Uso.....	66
2.4.	Cenários.....	67
2.3.1.	Primeiro Cenário – Permanência da situação atual.....	68
2.3.2.	Segundo Cenário - Manejo Florestal Não Madeireiro de Uso Múltiplo.....	68
2.4.3.	Terceiro Cenário – Manejo Florestal Madeireiro.....	69
2.4.4.	Quarto Cenário - Diversificação da base produtiva, segurança alimentar e prestação de serviços ambientais.....	71

2.5.	Programas de Sustentabilidade Ambiental e Socioeconômica da RDS Itatupã-Baquiá	72
2.4.1.	Programa de Qualidade de Vida e Cidadania.....	72
2.4.2.	Programa de Manejo dos Recursos Naturais e Cadeias Produtivas	78
2.4.3.	Programa de Monitoramento e Proteção Ambiental	82
2.4.4.	Programa de Gestão e Administração	83
3.	Conclusões e Recomendações.....	96
4.	Referências Bibliográficas	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Formas de acesso à RDS Itatupã-Baquiá.....	20
Tabela 2. Comunidades e número de famílias residentes na RDS Itatupã-Baquiá.	28
Tabela 3. Zonas de Intervenção da RDS Itatupã-Baquiá.....	64
Tabela 4. Programas e subprogramas estruturais previstos para a RDS Itatupã-Baquiá.....	85

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Pedro Alves Vieira, chefe da unidade (em pé, à direita), e famílias aprovando regras de convivência na RDS Itatupã. Baquiá. Foto: ICMBIO.	14
Figura 2. Localização do município de Gurupá. Fonte (FASE).	16
Figura 3. Localização da RDS Itatupã-Baquiá no município de Gurupá.	17
Figura 4. Localização de outras unidades conservação próximas à RDS Itatupã-Baquiá....	18
Figura 5. Situação fundiária de Gurupá em 2007. Fonte (Treccani et. al, 2007).	19
Figura 6. Oficina de mapeamento participativo promovida pela ONG FASE e Sindicato de Trabalhadores Rurais de Gurupá na comunidade São João do Jaburu durante o processo de discussão da RDS Itatupã-Baquiá.	21
Figura 7. Foto: Charles Wagley – extração da borracha nativa no município de Gurupá....	23
Figura 8. Cartaz da primeira eleição direta para a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá. Foto: STTR Gurupá.....	24
Figura 10. Linha do Tempo de criação da RDS Itatupã-Baquiá.	26
Figura 9. Os manejos de camarão e de açazais nativos praticados em Gurupá são hoje referência em	26
Figura 11. Embarcação típica da região onde se localiza a RDS Itatupã-Baquiá. Foto: FASE, 2002.	27
Figura 12. Sede de São João do Jaburu, umas das 7 comunidades existentes na RDS Itatupã-Baquiá. Foto: FASE.	30
Figura 13. Calendário agroextrativista das comunidades da RDS Itatupã-Baquiá. Fonte: FASE (2005).....	31
Figura 14. a coleta de frutos de açaí é a maior geradora de renda entre as famílias da RDS Itatupã-Baquiá. Foto: Marina Londres.	32
Figura 15. Variação do preço da rasa pago ao produtor ao longo da safra do açaí. Informações de março a agosto de 2011, comunidade São João do Jaburu.	33
Figura 16. Inventário Florestal das andirobeiras na Comunidade São João do Jaburu.	34
Figura 17. Oficina de produção de óleo de andiroba promovida pela ONG FASE e APROJA, projeto financiado pelo ProVárzea/MMA. Foto: FASE, Nilza Miranda.....	35
Figura 18. Inventário florestal realizado pelas famílias da RDS Itatupã-Baquiá no ano de 2003. No detalhe, medição de uma jacareúba. Foto: Carlos Ramos	36
Figura 19. A pesca de camarão de água doce é um dos principais meios de vida entre as famílias da RDS, sobretudo no Canal de Gurupá, rio Amazonas. Foto: FASE, Pedro Alves.	39
Figura 20. Localização das áreas de ocorrência de espécies para a caça e a pesca das famílias moradoras na RDS Itatupã – Baquiá segundo mapeamento participativo.	40
Figura 21. Localização das áreas de ocorrência de conflitos com as famílias moradoras na RDS.	43
Figura 22. Mapa de solos da RDS Itatupã-Baquiá, segundo estudos da FASE (2005). Fonte: FASE,2001.	47
Figura 23. Rio Tauari, um dos principais acessos à RDS Itatupã-Baquiá. Foto: Pedro Alves.	47
Figura 24. Hidrografia da RDS Itatupã – Baquiá.	48
Figura 25. Variação da maré diária na comunidade São João do Jaburu, RDS Itatupã-Baquiá. Foto: Sérgio Queiroz.	49

Figura 26. Vista aérea da formação de palmeiras na RDS Itatupã-Baquiá, onde prevalecem o buriti, o açaí e o buçu. Foto: Pedro Alves.	51
Figura 27. Distribuição classes de CAP dos indivíduos das florestas de várzea e secundária da RDS Itatupã-Baquiá, município de Gurupá, Pará. Fonte: MPEG, 2005.	52
Figura 28. A preguiça é um dos mamíferos mais comuns encontrados na RDS Itatupã-Baquiá. Foto: FASE, Sérgio Q. Costa.	53
Figura 29. Representação das classes faunísticas segundo a ocorrência na RDS Itatupã-Baquiá segundo pesquisas do Museu Paraense Emílio Goeldi.	54
Figura 30. RDS Itatupã-Baquiá e suas Zonas de Intervenção.	58

LISTA DE SIGLAS

APROJA – Associação dos Produtores Rurais do Rio Jaburu

ATAEDI – Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Distrito do Itatupã

ATRAEIB – Associação dos Trabalhadores AgroExtrativistas do Itatupã e Baquiá

MMA – Ministério do Meio Ambiente

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi

FASE – Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

APRESENTAÇÃO

Este Plano de Manejo foi elaborado de maneira a atender as exigências da Lei nº 9.985 - Lei do SNUC, de 18 de julho de 2000, em seu art. 27 e parágrafos, bem como, servir como documento orientador e balizador na gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã Baquiá, subsidiando o seu órgão gestor (ICMBIO), as associações representativas das populações tradicionais, as instituições que compõe o Conselho Deliberativo da Unidade e as comunidades residentes, no desenvolvimento de ações e programas que visem garantir a qualidade de vida, a valorização da cultura de sua população e o uso sustentável dos recursos naturais.

Equipe Técnica da Elaboração do Plano de Manejo

FONTE FINANCIADORA

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio

1. DIAGNÓSTICO

1.1. Ficha Técnica

Ficha Técnica da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquιά	
Nome da Unidade de Conservação: Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquιά Coordenação Regional: CR4 Unidade de Apoio Administrativo e Financeiro	
Endereço da Sede	Avenida São Benedito 260A - Centro - 68300-000 Gurupá-PA
Telefone:	(91) 3692 1341
E-mail:	pedro.vieira@icmbio.gov.br
Superfície da Unidade de Conservação (em ha)	64.735 hectares
Perímetro da Unidade de Conservação (em Km)	116.344 km
Superfície da ZA (em ha)	53.063 ha
Perímetro da ZA (em Km)	140.671 km
Município e percentual abrangido pela Unidade de Conservação	Gurupá - Área total do município 8.540 km ² - Área total da RDS 647,350 km ² - UC representa 7,6% do território do município.
Estado que abrange	Pará
Coordenadas geográficas (latitude e longitude)	WGS 84 0° 34' 48.36" S, 51° 21' 35.64" W UTM plana 0.5801,51.3599 22M 459954 9935880
Data de criação e número do decreto	Decreto s/n de 14 de junho de 2005
Marcos geográficos referenciais dos limites	Longitude W -51, 21, 37.0932 Latitude S -0, 34, 49.4745, Longitude W -51, 10, 43.0476, Longitude S -0, 41, 40.7364, Longitude W -51, 13, 46.6519, Longitude S -0, 49, 35.8922, Longitude W -51, 25, 21.9752, Longitude S -0, 51, 30.5115, Longitude W -51, 28, 20.6203, Longitude S -0, 44, 02.8274, Longitude W -51, 24, 27.9912, Longitude S -0, 36, 44.2702.
Biomos e ecossistemas	Amazônico
Atividades ocorrentes	Extrativismo, uso agroflorestal, pesca artesanal.
Educação ambiental (1)	Reuniões comunitárias periódicas além da criação do instrumento de gestão, denominado de Acordo de Gestão
Fiscalização (1)	Monitoramento periódico
Pesquisa (1)	Não há pesquisa em andamento
Visitação (2)	Ainda não foi instituído programa de visitação
Atividades conflitantes (3)	Não há atividades conflitantes com os objetivos da Unidade

(1) Qualificar a atividade

(2) Identificar as atividades de visitação que se realizam dentro da Unidade, como caminhada, banho, camping, mergulho, exposições interativas, entre outros.

(3) Identificar as atividades conflitantes que existam dentro da Unidade, como caça, pesca, especulação imobiliária, extração de recursos minerais e (ou) vegetais, estradas federais, estaduais e (ou) municipais, linhas de transmissão, ocupações, plataformas, hidrovias, visitação em categorias de Unidade de Conservação que não se admite.

1.2. Introdução

1.2.1. Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Plano de Manejo: Conceitos

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe o SNUC.

O uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais será regulado de acordo com o disposto no art. 23 do SNUC e em regulamentação específica.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

As atividades desenvolvidas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável obedecerão às seguintes condições:

- a) É permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;
- b) É permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecida e às normas previstas em regulamento;
- c) Deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação; e
- d) É admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.

O Plano de Manejo segundo o SNUC é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

No caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável, o Plano de Manejo definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos, e será aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade.

O objeto deste documento é apresentar o Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá, criada em 14 de junho de 2005, localizada no município de Gurupá, no Estado do Pará (Anexo I).

1.2.2. Metodologia de elaboração do Plano de Manejo da RDS Itatupã-Baquiá

Para a elaboração do Plano de Manejo da RDS Itatupã-Baquiá foram utilizadas diversas metodologias no intuito de levantar informações socioeconômicas, ambientais e culturais que pudessem servir de base para as discussões sobre a gestão da referida UC. Tais dados são oriundos de diversas iniciativas que ocorreram nos últimos 10 anos no Distrito do Itatupã, em Gurupá, que refletiram no ordenamento territorial daquela parte do município.

Histórico de informações

As informações que subsidiaram este documento são oriundas dos trabalhos de entidades governamentais e não governamentais que atuaram em Gurupá nos últimos 15 anos. Como destaques apontam-se dados dos projetos:

- Da ONG FASE, projeto Demonstrativo Gurupá, apoiado por organizações como a Conservação Internacional, ProManejo e principalmente do ProVárzea¹;
- De relatórios das associações locais do Distrito do Itatupã apoiadas pelo ProVárzea;
- Do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, da Casa Civil da Presidência da República;
- Dos documentos do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Gurupá;
- De bibliografia sobre florestas de várzea do estuário do rio Amazonas.

¹ Programa Manejo dos Recursos Naturais da Várzea, do MMA/PPG7.

Metodologia adotada pelo ICMBIO

As informações referentes à ocupação estadual e regional, Decreto de Criação da RDS, estrutura de gestão, regularização fundiária e caracterização ambiental, aspectos de diversidade de paisagens e ecossistemas, social e econômica foram obtidas a partir de dados secundários disponíveis na bibliografia existente sobre a Unidade e fornecida pela Coordenação da RDS, Gurupá-PA.

Os dados socioeconômicos e ambientais de fontes primárias e o Zoneamento da Unidade foram obtidos no decorrer de atividades de Diagnóstico Rápido Participativo realizado em oficinas participativas, constituídas por representações das comunidades extrativistas, Associação dos Trabalhadores Agroextrativista do Itatupã Baquiá – ATRAIB, Associação dos Produtores de Jaburu – APROJA, Associação dos Trabalhadores Agroextrativista do Itatupã – ATAEDI, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá e Organização Não Governamental FASE.

As Regras de Convivência foram definidas através de um longo processo de debate envolvendo as famílias locais, antes mesmo da criação da unidade e que teve conclusão com a assembléia dos moradores da RDS Itatupã-Baquiá ocorrida nos dias 12 e 14 de março de 2009.



Figura 1. Pedro Alves Vieira, chefe da unidade (em pé, à direita), e famílias aprovando regras de convivência na RDS Itatupã. Baquiá. Foto: ICMBIO.

Os conteúdos constantes dos programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica da Unidade foram discutidos em oficinas participativas realizadas na RDS nos meses de outubro de 2008, março de 2009, junho de 2011 e agosto de 2012. Os resultados destas oficinas foram apresentados e discutidos no Conselho Deliberativo da Reserva, tendo sua aprovação final na reunião realizada nos dias 10 de janeiro de 2014

1.3. Informações Gerais da RDS Itatupã-Baquiá

1.3.1. Região

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Itatupã – Baquiá situa-se no município de Gurupá, na “Região das Ilhas”, mesorregião do Marajó, microrregião geográfica de Portel (IBGE), no estado do Pará. Esta RDS Federal, a primeira do gênero no país, criada através de Decreto Presidencial S/Nº em 14 de junho de 2005 (ver nexos I), com área de 64.735 ha (sessenta e quatro mil e setecentos e trinta e cinco hectares), localizada nas coordenadas -0° 34' 49.08 -0° 52' 33.9 S e -51° 10' 42.6 -51° 28' 21.3 W (Mapa 1).

O município de Gurupá situa-se no Rio Amazonas, na “Região das Ilhas”. Distante aproximadamente 500 km, via fluvial ou 353 em linha reta de Belém (PA). O município possui uma área total de 8.540 km² (Figura 1). O acesso à sede municipal de Gurupá é feito principalmente por via fluvial, com um tempo de viagem de barco entre 24 a 28 horas a partir da capital (FASE Gurupá, 2001).

A rede hidrográfica é a principal via de acesso do município, respondendo por 18,3% do total de sua superfície. Essa região está sujeita ao movimento sazonal e diário do nível das águas. A maior parte de Gurupá é dominada por várzeas de influência flúvio-marinha pertencentes ao estuário amazônico (Lima e Tourinho, 1994), ou seja, 57,9% da área total do município, havendo 23,8% de sua superfície composta por “terra firme” e o restante composta pelas águas do Rio Amazonas que banham o município.

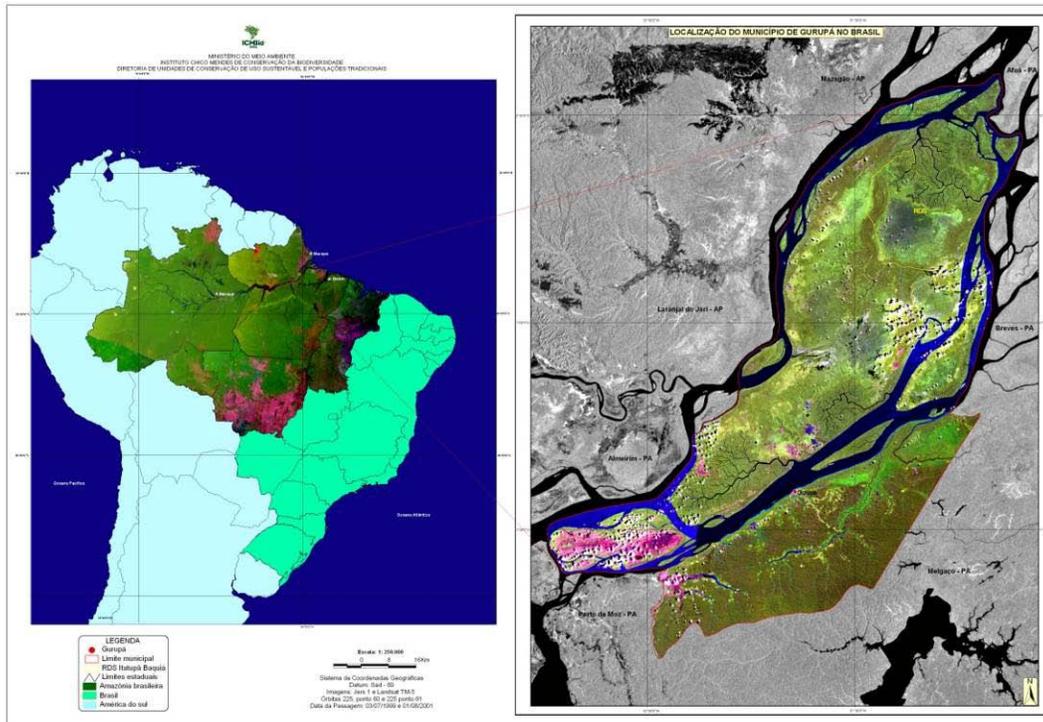


Figura 2. Localização do município de Gurupá. Fonte (FASE).

A população total do município é de 29.062 habitantes, segundo censo demográfico do IBGE em 2010². A densidade demográfica é de 2,47 hab/km². O município tem localização estratégica na área do estuário do rio Amazonas, sendo importante porto de cargas para o interior do Pará.

A RDS Itatupã-Baquiá está localizada em região conhecida como Distrito do Itatupã, na porção norte da Ilha Grande de Gurupá, a 80 km em linha reta da cidade de Gurupá. Apresenta como limites:

- Ao norte: os rios Jaburu, o furo do Açacu e o Rio Tauari;
- A leste: o Rio Amazonas (Canal de Gurupá) e as primeiras ilhas do município de Breves (Ilha da Roberta);
- A oeste: parte central da Ilha Grande de Gurupá e Rio Amazonas, costeando o Estado do Amapá, no município de Mazagão;
- Ao sul: o Rio Baquiá e Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha Grande Gurupá.

² <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

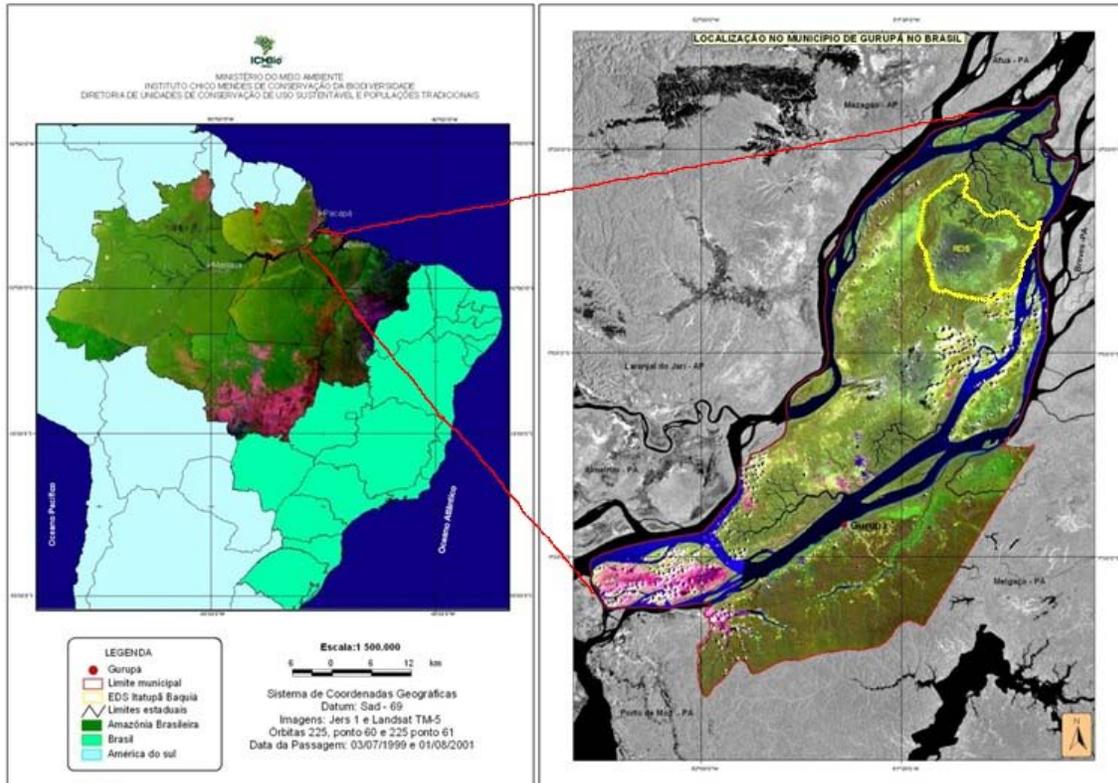


Figura 3. Localização da RDS Itatupã-Baquiá no município de Gurupá.

Além desta Unidade de Conservação em Gurupá, há na “Região das Ilhas”, mesorregião do Marajó, a Reserva Extrativista de Soure (município de Soure), a Reserva Extrativista Gurupá-Melgaço (municípios de Gurupá e Melgaço), a Reserva Extrativista de Mapuá (município de Breves), a Reserva Extrativista Terra Grande – Pracuúba (municípios de Curalinho e São Sebastião da Boa Vista) e a Floresta Nacional de Caxiuanã (municípios de Melgaço e Portel). Ao nível estadual, há a APA - Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó e o Parque Estadual Charapucu. Destaque-se, por fim, no estado do Amapá a proximidade com a Reserva Extrativista do Rio Cajari.

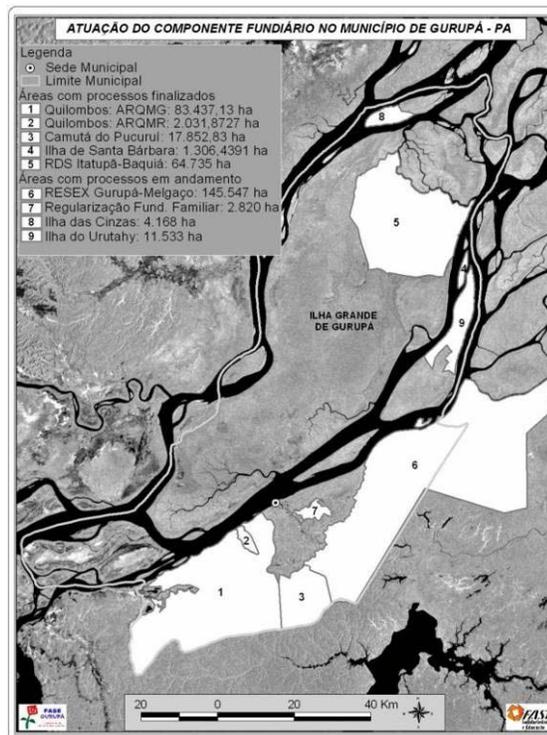


Figura 5. Situação fundiária de Gurupá em 2007. Fonte (Treccani et. al, 2007).

1.3.2. Acesso

Da cidade de Gurupá, o acesso à RDS se dá pelo rio Amazonas, em viagem de aproximadamente 3 horas, utilizando-se lancha de alumínio com motor de popa com potência de 40 Hp. Pela sua localização, os serviços à população local e escoamento da produção comunicam-se pelas cidades de Santana e Macapá, no Amapá, cujo tempo de viagem é de 1 hora e 30 minutos por meio de barco de alumínio com motor 40 Hp. Há barcos motores particulares locais e de linha, vindo da cidade de Vitória do Xingu, que fazem o transporte de pessoas e carga com destino à Santana (AP).

A Tabela a seguir resume as formas de acesso à RDS Itatupã-Baquiá:

Tabela 1. Formas de acesso à RDS Itatupã-Baquiá.

Trajetos	Meio de transporte	Principais acessos	Tempo de viagem	Obs
RDS- sede municipal Gurupá	Barco a diesel	Rio Amazonas; rio Tauari; rio Baquiá; rio Jaburu.	De 08 a 12 horas	Barcos comerciais de passageiros que saem 7 vezes por semana do porto de Santana, a 30 minutos da estrada de Macapá; parada na RDS no porto do Rio Baquiá Grande
RDS-Macapá	Barco a diesel	Rio Amazonas	De 06 a 8 horas	Barcos comerciais de passageiros saem 7 vezes por semana do porto de Santana, a 30 minutos de estrada de Macapá; parada na RDS no porto do rio Baquiá Prato
RDS-Breves	Barco a diesel	Rio Amazonas; furo de Breves	De 12 a 14 horas	Barcos pessoais de transporte de mercadorias
RDS-Altamira	Barco a diesel	Rio Amazonas; rio Xingu; estrada Vitória do Xingu-Altamira	De 24 a 28 horas	Utiliza-se trecho para Gurupá, seguindo para Vitória do Xingu
RDS-Belém (trecho 1)	Barco a diesel	Rio Amazonas; rio Furo de Breves; rio Pará	De 32 a 36 horas	Utiliza-se trecho para Gurupá, seguindo para Belém pelo furo de Breves e rio Pará
RDS-Belém (trecho 2)	Barco a diesel	Rio Amazonas; rio Furo de Breves; rio Pará	De 32 a 36 horas	Utiliza-se trecho para Santana/Macapá, seguindo para Belém pelo furo de Breves e rio Pará
RDS-Belém (trecho 3)	Passagem aérea; Barco a diesel	Voo Belém/Macapá; Rio Amazonas	De 08 a 16 horas	-

1.3.3. Histórico de criação da RDS Itatupã-Baquiá

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá é a primeira e única nesta categoria a nível federal até a presente data. Sua criação ocorreu por demanda das comunidades locais, na perspectiva da proteção dos recursos naturais e regularização fundiária da região, apoiadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá e,

posteriormente, pela Organização Não Governamental Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE, Projeto Demonstrativo Gurupá.



Figura 6. Oficina de mapeamento participativo promovida pela ONG FASE e Sindicato de Trabalhadores Rurais de Gurupá na comunidade São João do Jaburu durante o processo de discussão da RDS Itatupã-Baquiá.

Antes da criação da RDS, a dinâmica da exploração da floresta na região era fortemente marcada pela atuação de madeireiras e palmitteiras de outros municípios como Portel, Breves e da capital Belém (Pará), além de Santana e Macapá (Amapá) a partir do início dos anos 70. Esse processo gerou a resistência das populações tradicionais locais contra a extração dos produtos demandados por essas empresas e que fazem parte dos seus meios de vida e trabalho. Neste sentido, tornou-se necessário resguardar o patrimônio público natural para população tradicional ali existente.

A partir da realização de Seminário no âmbito do projeto “Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira”, em Macapá, subsidiaram a indicação em 2001 da Ilha Grande de Gurupá como área prioritária para a conservação em curto prazo. Justificava-se sua proteção por sua relevante importância biológica, densidade populacional da flora e fauna altas, pressão dos recursos pesqueiros e florestais sem planejamento e necessidade de conservação genética de espécies ameaçadas na região estuarina do rio Amazonas.

O Seminário de Macapá indicou como proposta a criação de Unidade de Conservação na Ilha Grande de Gurupá, sendo, a princípio, de uma Área de Proteção Ambiental – APA. Estudos científicos posteriores, promovidos pelas ONGs FASE e Conservation International e do Museu Paraense Emílio Goeldi, somados aos debates

promovidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá e lideranças agroextrativistas apontaram para a necessidade de se buscar formas de regularização fundiária que unisse proteção ambiental e segurança da terra em uma Unidade de Conservação mais restritiva e de acordo com as formas de uso das águas e floresta pelas famílias locais.

O resultado desta estratégia foi a indicação da modalidade Reserva de Desenvolvimento Sustentável, decidida em função de ser uma categoria que respondia aos costumes tradicionais das famílias ali residentes e aos ecossistemas frágeis em determinados pontos do Distrito do Itatupã, em Gurupá. Assim, a RDS foi uma decisão baseada na demanda de comunidades extrativistas interessadas em manter seu modo de vida tradicional, *“desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica”* (BRASIL, 2007, p. 19). Segundo o Parágrafo 2º do Artigo 20 da Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000 (SNUC), a RDS é *“de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.”* (BRASIL, 2007, p. 19).

A RDS Itatupã – Baquiá criada em 2005, apoiou-se nos estudos científicos realizados na área (ver anexos II), debatidos com as organizações locais e as famílias moradoras. Tem como referências a pioneira RDS de Mamirauá (estado do Amazonas), criada em 1996, e a RDS do Rio Iratapuru (estado do Amapá), criada em 1997.

1.4. Aspectos Culturais e Históricos

1.4.1. A luta pela terra em Gurupá

Gurupá é o exemplo da história de ocupação e exploração dos recursos naturais da Amazônia. Desde a sua fundação como Capitania Real em 1633 até o presente, o extrativismo dos produtos da água e da floresta se constituiu na principal atividade econômica da população ali moradora. No desenvolvimento dessa atividade foram estabelecidas relações sociais de produção (“aviamento”) durante o período de valorização econômica da borracha (1830-1912) e que continuam até hoje (Oliveira, 1991).



Figura 7. Foto: Charles Wagley – extração da borracha nativa no município de Gurupá.

Os ribeirinhos apresentam um padrão de distribuição humana que se dá ao longo dos cursos dos rios e igarapés. A produção extrativa e os recursos tecnológicos disponíveis conferem à dinâmica da natureza local uma forte determinante na sua vida e trabalho. As várzeas são áreas de ocupação mais antiga, sendo intensificada durante o ciclo da borracha. As atividades econômicas dos ribeirinhos sempre foram caracterizadas pela extração dos recursos da água e da floresta, pela produção de produtos agrícolas voltada para consumo próprio, exceto num pequeno período ocorrido após a desvalorização da borracha nativa, em que muitas famílias produziram o arroz em escala comercial.

Pouca ou nenhuma modificação ocorreu na forma de exploração dos recursos naturais até o presente, intensificando-se somente o ritmo de sua extração em determinadas épocas. Na região das Ilhas, e em especial no município de Gurupá, a implantação e operação de grandes empresas processadoras de madeira (Jari, Brumasa-Trevo, Amacol, Eidai, Madenorte) e palmito (Ivaí, Equador, Pamar, Riomar) foram financiadas pelo poder público a partir do início dos anos 70, destinando a maior parte de sua produção ao mercado internacional. Estas empresas articulam-se com o segmento comercial que tradicionalmente atua na região (remanescentes do ciclo da borracha) como mediador da produção extrativa, subordinando a família produtora ao sistema de aviamento (Oliveira, 1991).

É neste processo que ocorrem a dominação e a exclusão econômica e social dos trabalhadores rurais em Gurupá, ao mesmo tempo em que nascem as suas lutas, resistindo à subordinação a que estavam submetidos pelo grande capital atuante no município e à devastação de seus meios de vida. A partir de lutas localizadas de resistência, os trabalhadores enfrentam a ação violenta dos patrões e do aparato policial e jurídico cooptado por estas empresas. Estas iniciativas apresentaram como característica principal o resgate e a valorização da organização do trabalho no campo. Apoiadas

inicialmente pela Igreja Católica local (a partir dos anos 80), estas várias iniciativas de resistência encontraram no movimento sindical um canal de articulação e de organização entre elas, rompendo com o seu isolamento, e construindo alternativas reais e populares de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

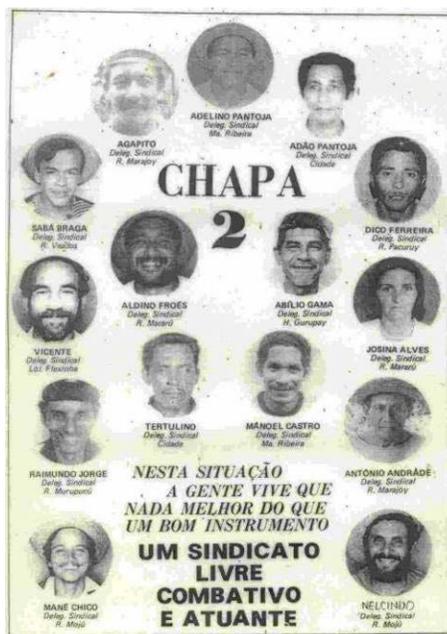


Figura 8. Cartaz da primeira eleição direta para a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá. Foto: STTR Gurupá.

As relações sociais de produção resultantes deste processo de resistência começaram a apresentar novas formas de organização do processo de trabalho (familiar e comunitário) e de relações comerciais, a partir do crescimento da organização dos trabalhadores rurais nos anos 80. Questões fundamentais para o enfrentamento e mudança do quadro de exploração e dependência dos trabalhadores rurais começaram a ser abordadas: a posse da terra; a busca de uma maior diversidade na produção agrícola e formas alternativas de produção; a demarcação de reservas florestais comunitárias e extração controlada da madeira e do palmito; a organização comunitária; novas formas de comercialização e a ampliação das articulações políticas começaram a crescer na agenda de discussões e ações da população do município.

No início da década de 80, do século passado, iniciou-se em Gurupá um movimento no sentido de capacitar os trabalhadores agroextrativistas/trabalhadores rurais para defender sua terra, seus meios de vida que foi o caso do não corte do palmito de açaí e a conquista de seu órgão de classe, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que

até então era dirigido pelos políticos locais, ele foi chamado de Encontro de Lavradores do Município de Gurupá, organizado pela Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica. Nestes encontros os temas mais discutidos eram: *a Luta Pela Terra; Alternativas de Organização da Produção e da Comercialização e a Organização Sindical*. Em 1986, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá (STR) foi conquistado pelos produtores oriundos desse processo, em uma eleição em que os comerciantes e o poder político local lutaram, muitas vezes por meios ilícitos, para não perder esse poder. Após a vitória desses trabalhadores e com o lema Saúde, Terra e Produção, o trabalho do STR consistiu no incentivo à organização de Delegacias Sindicais (representações à nível das comunidades), como também para que o STR passasse a ser o canal de articulação e organização entre as diversas experiências de resistência econômica, individuais ou coletivas.

No início de 1988, a diretoria do STR de Gurupá encaminha ao Movimento Laici América Latina (MLAL - Itália) um projeto para a viabilização da presença de profissionais na área de produção agroflorestal para auxílio nas suas atividades junto às comunidades. Esse processo resultou na realização de um diagnóstico municipal e do Seminário “*O Trabalhador Rural de Gurupá em Busca de Alternativas*”, onde um posicionamento firme contra a forma predatória de exploração dos recursos naturais foi tomado pelo STR de Gurupá em conjunto com as demais organizações ali presentes, expresso na “*Carta de Gurupá*”. A FASE acompanhou o diagnóstico, como também assessorou a realização do seminário. O passo seguinte foi a elaboração do Projeto Bem-Te-Vi financiado pela União Européia, com a interlocução do MLAL, cujos resultados apontaram para a necessidade de se efetivar uma maior qualificação dos trabalhadores rurais e de suas organizações no enfrentamento das questões econômicas na produção agroextrativista, na transformação, processamento e melhor comercialização desses produtos, nascendo aí o projeto Demonstrativo Gurupá da ONG FASE.

A soma de esforços entre a assessoria técnica e as lideranças locais de Gurupá permitiram ao longo dos últimos 26 anos obter respostas concretas no sentido de dar dignidade aos cidadãos gurupaenses, sobretudo da área rural. Além do avanço fundiário já apresentado anteriormente, metodologias de manejo dos recursos naturais foram desenvolvidos, transformando-se em verdadeiras tecnologias sociais, melhorando a qualidade de vida da população local (Vieira, 2005). É o caso do manejo dos recursos aquáticos, representado pelo manejo comunitário de camarão, reconhecido regionalmente e nacionalmente e dos acordos de pesca de bagres migradores (IIEB, 2006). Além disso, o manejo florestal de madeira e de açazais nativos em áreas de várzea permitiram o aumento da produção de produtos madeireiros e frutos de açaí com menor risco ambiental para as famílias agroextrativistas.



Figura 9. Os manejos de camarão e de açaiuais nativos praticados em Gurupá são hoje referência em todo o Marajó. Foto: Sérgio Q. Costa.

A figura abaixo resume o histórico de luta dos trabalhadores e a relação existente com a criação da RDS Itatupã-Baquiá.

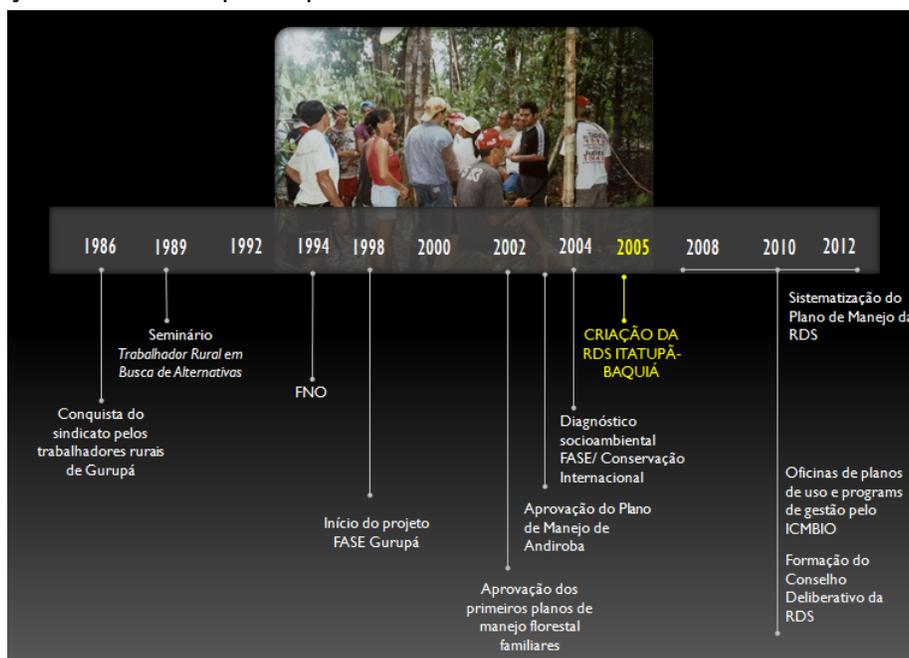


Figura 10. Linha do Tempo de criação da RDS Itatupã-Baquiá.

1.4.2. Representação e organização das comunidades da RDS Itatupã-Baquiá

As famílias moradoras na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá são, na sua maioria, descendentes de nordestinos vindos, principalmente, do Ceará e Paraíba no início do século XX, para trabalhar para os “patrões” na extração do látex da seringueira. Atualmente esta população encontra-se organizada em 07 Comunidades, 3 Associações e 4 Delegacias Sindicais, 1 colônia de pescadores, sendo suas

casas distribuídas às margens dos rios e igarapés e construídas, em madeira com teto de palha de buçu, telha e *Brasilíte*. Estas comunidades são constituídas de 18 a 96 famílias, sendo que, das 07 comunidades existentes, apenas 02 (Santa Luzia do Urucuri e São Francisco do Piracuí) possuem sua área totalmente incorporada à RDS, com isto, a reserva abrange um total de 331 famílias.

As comunidades foram formadas através da Igreja Católica, sendo cada comunidade identificada com o nome de seu Santo(a) padroeiro(a). Cada comunidade possui um dirigente comunitário, responsável por dirigir os cultos religiosos e as festas do padroeiro local e outros eventos. Em quase todas as comunidades encontram-se grupos de mulheres e/ou jovens com variado nível de organização. Merece destaque o fato de que muitas pessoas ainda não possuem documentos pessoais.



Figura 11. Embarcação típica da região onde se localiza a RDS Itatupã-Baquiá. Foto: FASE, 2002.

As delegacias sindicais são os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá nas comunidades. As atividades desenvolvidas pelas delegacias referem-se à organização dos trabalhadores, apoio às associações, encaminhamento de benefícios previdenciários etc.

Na RDS vivem 331 famílias, em 7 comunidades agroextrativistas. Destas, a mais populosa é São João do Jaburu, onde vivem 96 famílias (tabela 2).

Tabela 2. Comunidades e número de famílias residentes na RDS Itatupã-Baquiá.

Nome da comunidade	Número de Famílias residentes	Características da comunidade
Comunidade São João do Jaburu	96	Comunidade que foi a primeira a se preocupar com o uso sustentável dos recursos naturais, elaborando um plano de uso dos recursos naturais, iniciando a discussão de criação de uma unidade de conservação.
Santa Luzia do Urucuri	37	Comunidade situada numa região próxima a área alagada do interior da RDS, o que faz dela a comunidade de maior atividade extrativista devido sua área ser inapropriada para a agricultura.
São Francisco do Piracuí	34	A área desta comunidade vem ao longo dos anos sofrendo com o desbarrancamento, provocada pelas correntes do rio Amazonas, Canal de Gurupá. Outra característica é que na região há fluxo diário de embarcações que fazem transporte de cargas e passageiros entre Santana, estado do Amapá com as cidades do Rio Xingu, cujo movimento aumentou bastante desde o começo das obras da hidrelétrica de Belo Monte.
Belo Horizonte	59	Até 2004 muitos dos moradores desta comunidade ainda viveram sobe a tutela dos antigos patrões, remanescentes do período da borracha e que se estendeu para a época das madeireiras a partir dos anos 1970. Tal característica faz com que ela seja a comunidade com grau de organização menor comparada às outras, apresentando maior dificuldade para se desenvolver atividades de forma coletiva.
Santo Antonio do Baquiá Grande	50	Como a comunidade São Francisco, esta também tem grande fluxo de transporte de cargas e passageiros. Nela existe um porto em que todos os dias atracam as embarcações vindo de Altamira-PA e outros vindos de Santana-AP.
Comunidade Perpétuo Socorro da Baquiá	18	É a comunidade que dispõe da maior área não alagável, conhecida por restinga, onde

Nome da comunidade	Número de Famílias residentes	Características da comunidade
		é possível o desenvolvimento de atividade de agricultura de subsistência. Muitas famílias da região exercem a atividade de pesca de camarão.
Santa Maria do Tauarí	37	O baixo número de famílias desta comunidade é motivado porque uma parte da localidade situa-se dentro do território da RDS. Assim como a comunidade do Perpetuo Socorro, a atividade da pesca do camarão é praticada pela maioria das famílias.
Total	331	

Para defesa de seus interesses, as famílias locais têm contado com associações agroextrativistas. As mais importantes na região são a Associação dos Pequenos Produtores Agroextrativista do Jaburu – APROJA - criada em 18 de junho de 1994 e a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Distrito do Itatupã - ATAEDI - criada em 06 de janeiro de 2001, ambas com objetivo principal de representar as famílias junto ao IBAMA nos projetos de manejo comunitário, madeireiro e não madeireiro, bem como para a execução de projetos de educação ambiental e manejo dos recursos naturais apoiados no período de 2004 a 2007 pelo MMA/ ProVárzea/PPG7. Além destas, foi criada no âmbito da RDS a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Itatupã e Baquiá – ATRAEIB – com o objetivo de fazer a gestão da RDS junto com o ICMBIO.

Nas comunidades existem capelas para celebração de cultos e barracões comunitários onde são realizadas as reuniões e festas religiosas. Nestes barracões também funcionam as escolas de 1ª a 4ª séries. Para os alunos de 5ª a 8ª série existem as escolas setoriais, também conhecidas como “escolões”.



Figura 12. Sede de São João do Jaburu, umas das 7 comunidades existentes na RDS Itatupã-Baquiá. Foto: FASE.

Os serviços de saúde nas comunidades ficam a cargo dos agentes comunitários de saúde, remunerados pelo Governo Federal através do Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, e pelos agentes de saúde (técnicos de enfermagem) remunerados pela prefeitura municipal, os quais atendem as comunidades apesar das condições precárias de trabalho, pois nem todos contam com um posto de saúde minimamente equipado.

Os trabalhos dos agentes são dirigidos à prevenção de doenças e orientação sobre os cuidados com a higiene e tratamento da água realizada durante as visitas domiciliares, enquanto os dos técnicos em enfermagem são dirigidos ao combate à verminoses e atendimento de acidentes de trabalho. Casos que necessitam de acompanhamento médico são encaminhados geralmente à Santana, no Amapá ou Gurupá.

1.4.3. Práticas Produtivas, formas de uso e manejo dos recursos naturais

As atividades extrativistas e produtivas dependem da variação do nível da água dos rios, igarapés e igapós, diariamente e sazonalmente. As comunidades têm um calendário anual de atividades, com variação mensal, que vem sendo desenvolvido e aprimorado pelas gerações das famílias moradoras na área da RDS.

Nos meses de novembro a fevereiro as atividades extrativas são reduzidas e consequentemente a renda das famílias diminui, por ser a época do final do verão e o início do inverno, entendidas pelos moradores como um período de entre – safra, neste período as famílias se dedicam principalmente na limpeza dos açais, que eles chamam de manejo e para construir, casas, pontes e outras melhorias na sua residência. Durante a realização dos estudos de criação da RDS em 2004, foi elaborado com os comunitários um

quadro demonstrativo do período de maior intensidade de cada atividade realizada ao longo do ano.

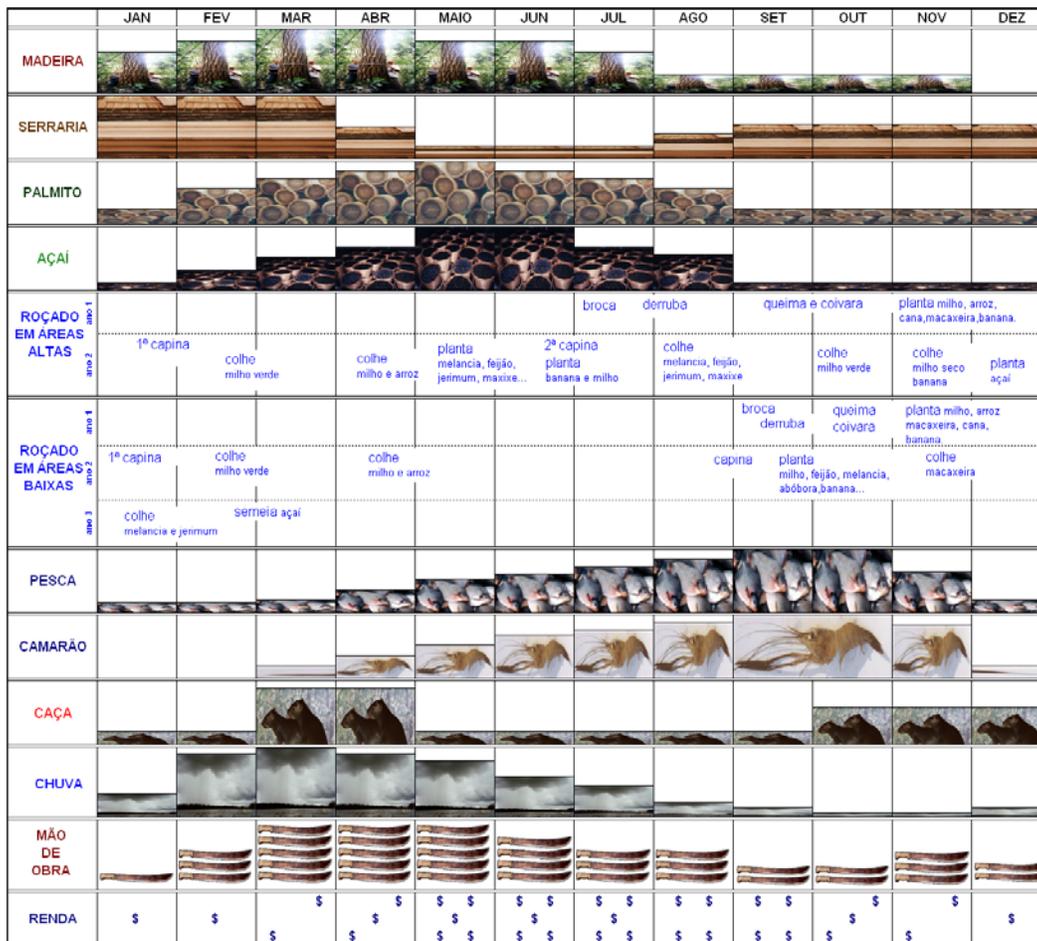


Figura 13. Calendário agroextrativista das comunidades da RDS Itatupá-Baquió. Fonte: FASE (2005).

Açaí

A colheita do açaí representa a principal fonte de renda e é praticada por todas as famílias, umas com mais intensidade e outras com menos, ela é feita tanto para consumo como para a venda, utilizando mão de obra na sua grande maioria masculina, normalmente jovem. O trabalho é freqüentemente realizado por duas pessoas, uma para subir nos açazeiros e colher os cachos e outra para debulhar os frutos, colocando o açaí em paneiros. Quando para o consumo, em que a quantidade colhida é menor, os cachos podem ser debulhados em casa com a ajuda das mulheres. Muitas crianças (meninos principalmente) a partir dos 10 anos, já participam desta atividade, tendo a vantagem de poderem subir nos açazeiros mais finos que não suportariam o peso de um adulto.

Os açazais de onde se extrai o fruto situam-se principalmente nas margens dos rios e igarapés, por serem regiões de mais fácil acesso.

Na várzea baixa e no igapó, distante das margens dos rios, onde o acesso só é possível nos meses da maré alta, os açazais são destinados em parte para a exploração do palmito e em parte para a coleta do fruto, assim como o fruto destas áreas na sua maioria consumido pelos pássaros, caças e peixes.

Com a recente procura pelo fruto do açai, pelo aumento do consumo nos centros urbanos, ele se tornou um dos produtos mais valorizados da região, possivelmente hoje o produto alimentar in natura mais valorizado no mercado brasileiro, uma rasa³ contendo mais ou menos 14 kg de frutos que em 2005 variava durante a safra entre R\$ 10,00 a R\$ 2,75, atualmente se pode vender por até R\$ 25,00 reais.



Figura 14. a coleta de frutos de açai é a maior geradora de renda entre as famílias da RDS Itatupã-Baquiá. Foto: Marina Londres.

³ Também usado o termo “lata” ou “cesta”.

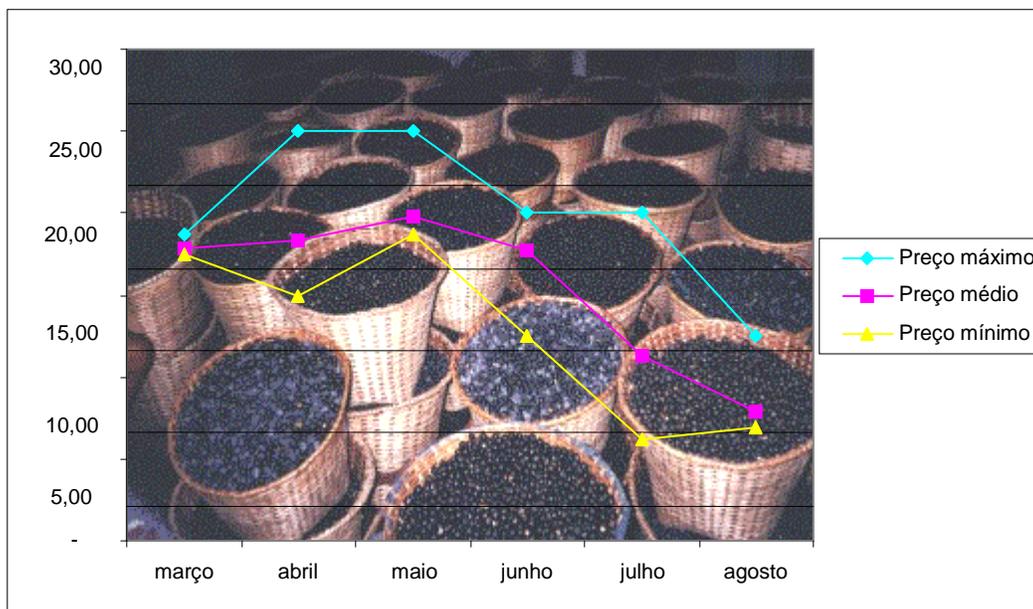


Figura 15. Variação do preço da rasa pago ao produtor ao longo da safra do açaí. Informações de março a agosto de 2011, comunidade São João do Jaburu.

A comercialização do açaí fica por conta dos marreteiros⁴ que percorrem os rios comprando das famílias extratoras e vendem principalmente ao mercado de Breves-PA, Santana-AP e Belém-PA. Os marreteiros entregam as rasas ou paneiros na tarde do dia anterior ou pela manhã e recolhem a produção nos portos das casas até o início da tarde, aproveitando também para vender alguma mercadoria, principalmente frango congelado.

Com a supervalorização do fruto do açaí, houve uma corrida por parte dos extrativistas para melhorar a produtividade de suas áreas de uso, aumentando as áreas manejadas, que são limpezas para favorecer o crescimento do açaizeiro. Nestas limpezas, a área é roçada, retiram-se cipós e plantas trepadeiras agarradas às touceiras do açaizeiro, cortam-se os estipes mais altos, que já não suportam o peso de uma pessoa, permitindo-se assim uma maior penetração dos raios do sol e com isso há aumento da produtividade. Esta atividade resulta num produto, o palmito, com bastante interesse no mercado da região.

Palmito

Sua importância se dá pelo motivo do mesmo funcionar como uma espécie de “poupança” disponível a qualquer época do ano, no caso de uma necessidade urgente se pode lançar mão a qualquer tempo, já o fruto do açaí só está no período da safra. A

⁴ Termo usado para pequenos compradores que percorrem a região comprando produtos como: açaí, palmito e madeira.

extração do palmito tem duas características: a) de extração seletiva praticada nos açais das áreas de igapós, localizados distantes das margens dos rios onde só se tem acesso nos meses da maré alta; b) das limpezas dos açais ou manejo, o que representa um maior volume de palmito pela necessidade de serem cortados os estipes velhos para aumentar a produtividade do açal e diminuir riscos de acidentes durante o ato da coleta.

Sementes de andiroba e de pracaxi:

A colheita das sementes da andiroba e pracaxi é feita geralmente nos meses de fevereiro a março, no leito dos rios e igarapés, após a maré lançante. A extração do óleo é feita de forma artesanal com baixa rentabilidade, com utilização na medicina popular com consumo médio de 1 litro por ano por família, cujo excedente é vendido em feiras e empresas conforme haja encomenda do produto.

Na comunidade São João do Jaburu, no ano de 2003, foi aprovado o Plano de Manejo Florestal para Uso Múltiplo de Andiroba, cujo proponente foi a APROJA. Tal plano previa a extração de óleo de andiroba liderada por 25 mulheres locais, abrangendo uma área de manejo de 1000 ha, reconhecido e aprovado no IBAMA sob caráter experimental (APROJA, 2003).

A adoção do plano de manejo de andiroba para extração de óleo foi importante para diminuir a pressão madeireira sobre a espécie. Da 3ª colocação nos planos protocolados em 2002, a andiroba passou em 2004 para a 8ª posição entre as espécies mais citadas nos planos de manejo madeireiros protocolados em 2004 e aprovados em 2005. O uso múltiplo da espécie para a obtenção do óleo desde 2003 pode ter influenciado essa mudança de categoria.



Figura 16. Inventário Florestal das andirobeiras na Comunidade São João do Jaburu.
Foto: FASE, Nilza Miranda.

Outros resultados importantes do manejo florestal de uso múltiplo da andiroba foram visualizados nos campos social e econômico. Ao participar do plano, as 25 mulheres envolvidas motivaram-se para ter toda a sua documentação pessoal em dia, além de serem mais ouvidas na associação local através do Grupo de Mulheres formado.



Figura 17. Oficina de produção de óleo de andiroba promovida pela ONG FASE e APROJA, projeto financiado pelo ProVárzea/MMA. Foto: FASE, Nilza Miranda.

Na produção, entre 2004 e 2005 foram produzidos 260 litros de óleo, comercializados com empresas, gerando uma receita de R\$4.400,00 para o grupo de mulheres do rio Jaburu. Estudos realizados em 2007-2008 na RDS pela pesquisadora do Imazon Marina Londres demonstrou que há um grande potencial econômico de produtos florestais não madeireiros, principalmente da andiroba, mas devido sua baixa rentabilidade, talvez devido ao processo rudimentar da extração do óleo, tem despertado pouco interesse de comercialização pelo produto.

A madeira

No período de abril a Junho de 2002, a FASE, com o apoio do ProVárzea⁵, realizou o acompanhamento da regularização dos extratores de madeira do Distrito do Itatupã, em Gurupá e adjacências, para a elaboração dos PMFS de Pequena Escala. As comunidades foram

⁵ Projeto Manejo Comunitário dos Recursos Florestais e de Pesca em áreas de várzea do município de Gurupá, Pará.

assistidas em dois postos de atuação: uma no setor Pracuubinhas e outra no Setor Alegres para atender o maior número possível de moradores, ajudando no preenchimento dos formulários, esclarecendo questionamentos e orientando sobre os procedimentos que deveriam ser efetuados durante o levantamento das árvores a serem exploradas por cada produtor requerente da autorização para exploração. Essa atividade envolveu as associações locais e o STR Gurupá como co-gestoras do processo junto aos produtores rurais, beneficiando 194 famílias. Os resultados no primeiro ano mostraram uma grande iniciativa dos comunitários em regularizar-se, diminuindo sensivelmente a exploração clandestina de madeira na região do Itatupã, cujo volume liberado, foi estimado em 19.400 m³ de madeira autorizadas para exploração a nível familiar pelo IBAMA.



Figura 18. Inventário florestal realizado pelas famílias da RDS Itatupã-Baquiá no ano de 2003. No detalhe, medição de uma jacareúba.
Foto: Carlos Ramos

Em 2003, a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Distrito do Itatupã (ATAEDI) e a APROJA continuaram na tentativa de regularizar as serrarias familiares, através da autorização de exploração e transporte de madeira. Como resultados dos entraves ocorridos nos anos anteriores, somente 61 famílias protocolaram PMFS de Pequena Escala envolvendo as duas associações (Ramos *et. al*, 2007).

Para a queda de 194 para 61 famílias requerendo Autorizações para Exploração Florestal (AUTEX), podem-se apontar três possíveis causas: i) desmotivação pelas ATPFs não chegarem nas mãos dos comunitários detentores de planos de manejo; ii) demora na aprovação dos planos; iii) envolvimento das famílias na primeira etapa simplesmente pelo

medo da fiscalização. Como não ocorrera tal operação, muitas desacreditaram que fosse realmente importante se regularizar.

As 61 famílias, 23 pela APROJA e 38 pela ATAEDI, foram aquelas que entenderam que o manejo é uma tarefa obrigatória. Nesse sentido, tais requerentes foram mais bem treinados no inventário florestal e na organização dos documentos necessários para a protocolização de seus planos, repercutindo em uma melhor qualidade dos pedidos junto ao IBAMA.

A aprovação desses planos só ocorreu em março de 2005, repetindo-se o problema relacionado à morosidade. Outro agravante foi a dificuldade de obtenção das Autorizações para Transporte Florestal, pela Instrução Normativa nº 04 não enquadrar pessoas físicas para a obtenção das guias de transporte.

A intensidade de exploração⁶ por hectare prevista nos planos de manejo verificado após a aprovação em 2005 foi de cerca de 4 m³/ha⁷. O limite para o pequeno extrator segundo a legislação florestal até então vigente era de 10m³/ha (Instrução Normativa nº 04, de 04 de março de 2002.). Isso demonstra que, perante a lei florestal, a exploração madeireira a nível comunitário em áreas de várzea é de baixa intensidade. No entanto, são necessários mais estudos sobre o real limite de extração de madeira por comunidades em regiões de várzea.

A coleta de outros produtos da mata

As famílias moradoras na RDS utilizam diversos produtos florestais não madeireiros, além do açaí e do palmito, que contribuem nas atividades produtivas e muitas vezes no aumento da renda e na dieta familiar. Destacam-se assim:

- a) **Fibras** - na várzea o cipó timbó-açu (*Derris Guianensis*) é extraído das matas pelos homens e transformado pelas mulheres em paneiros, utilizados no transporte de produtos e vassouras, para o uso na limpeza doméstica da família. Outra fibra muito usada é o arumã-grande (*Ischnosiphon Ovatus*), com ele preparam-se talas que tecidas dão origem a diversos tipos de paneiros, com as mais variadas utilizações: coleta do açaí, plantio de verduras, etc;
- b) **Palha de ubucu:** utilizada na cobertura das casas, é extraída da mata pelos homens e preparada com a ajuda das mulheres e crianças. As folhas jovens da palmeira ubucu (*Manicaria Saccifera*) são cortadas com o terçado, e dependendo da maré,

⁶ Razão entre o volume explorado anualmente e a área manejada anualmente.

⁷ Referente às médias de intensidade de exploração da ATAEDI e APROJA

são preparadas no próprio local de extração ou em casa. Uma boa cobertura de palha dura em média 10 anos. As casas cobertas com palha de ubuçu oferecem mais conforto térmico quando comparadas com telhas de cimento ou barro;

- c) **Lenha:** colhida na mata muitas vezes pelas mulheres, em média duas vezes por mês, para ser usada em casa. A lenha do pacapeuá (*Swartzia racemosa*) é a preferida por fazer menos fumaça e produzir boas brasas, devido a maioria das famílias já terem acesso ao gás de cozinha, esta pratica vem diminuindo substancialmente.

A Pesca

O peixe é a principal fonte de proteína animal para as famílias da região. A pesca é realizada em qualquer época do ano, sendo praticada quase exclusivamente para o autoconsumo, realizada de diferentes formas de acordo com a época do ano e o local. A malhadeira é o instrumento mais utilizado na pesca, sendo usada em qualquer época do ano.

A pesca do pacu, sardinha e dourada é realizada no canal de Gurupá (rio Amazonas) durante os meses de agosto e setembro, período este em que os cardumes estão subindo o rio, praticada por um número reduzido de famílias, cujo excedente é vendido para as famílias residentes nas comunidades vizinhas.

A pesca do camarão ocorre nos meses de verão. O camarão pode ser capturado nos poços que se formam nos igarapés, nos meses de julho e agosto quando a maré baixa utilizando apetrecho chamado de matapi⁸, geralmente iscados com farelo de babaçu no início da noite e na manhã do dia seguinte é feito a coleta dos camarões, assim como, são feitas pequenas cercas em pequenos cursos d'água, chamados localmente de "baixa", com um tipo de esteira, fabricada de talas de urumã (*Ischnosiphon ovatus*). A pesca do camarão na sua maioria é destinada ao autoconsumo, exceto as famílias residentes no entorno, nas margens do canal de Gurupá.

⁸ Os matapis fabricados de forma artesanal a partir das talas da folha do jupati, palmeira comum na região.



Figura 19. A pesca de camarão de água doce é um dos principais meios de vida entre as famílias da RDS, sobretudo no Canal de Gurupá, rio Amazonas. Foto: FASE, Pedro Alves.

Caça

A caça é mais frequente no período do inverno, meses de fevereiro a maio, feita exclusivamente para o consumo próprio. Até bem pouco tempo a caça representava importante fonte de proteína na dieta das pessoas, nos últimos anos vem perdendo sua importância devido à facilidade de se adquirir frango congelado, vendidos pelos compradores de açaí, os marreteiros como são conhecidos localmente.

Na RDS, se comparada a outras localidades, ainda é encontrado muitos animais, principalmente paca, cutia, vedo vermelho, anta, onça pintada, jaguatirica, conhecido localmente como maracajá - açu, isso graças uma faixa de terras, localidade conhecida por terra preta, inundável somente alguns pequenos período durante o ano.

No mapa falado, produzido com ajuda dos comunitários, foram identificados os locais de maior ou menor ocorrência de algumas espécies, assim como os locais de maior incidência de pesca.

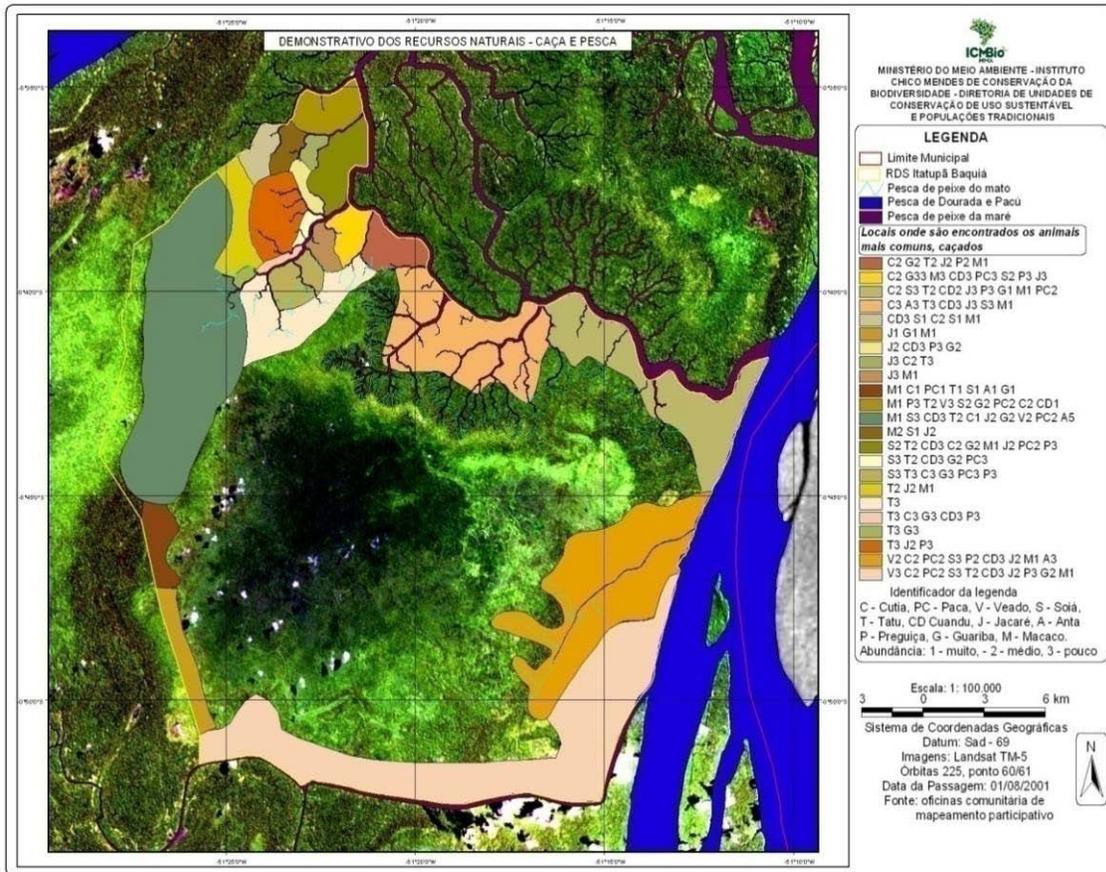


Figura 20. Localização das áreas de ocorrência de espécies para a caça e a pesca das famílias moradoras na RDS Itatupã – Baquiá segundo mapeamento participativo.

O plano de uso dos recursos naturais elaborado pelas comunidades locais garante parcial proteção a fauna, o abate de animais é permitido apenas para segurança alimentar das famílias, em algumas épocas do ano.

Roçado

O número de famílias das comunidades que se dedicam à atividade do roçado é muito baixo. Em décadas passadas, o roçado tinha uma importância estratégica principalmente para aquelas famílias com mais disponibilidade de mão de obra, pelo seu papel na subsistência.

Assim, em quase toda a área de “restinga” (várzea alta) encontramos capoeirões com idades de 30 a 60 anos, resultantes das roças efetuadas nas décadas passadas. São nessas áreas que ainda hoje algumas famílias fazem seus roçados, nunca maiores que 0,5

ha ou 2 tarefas, nos quais se planta milho, arroz, feijão, melancia, jerimum, batata-doce, banana e açaí, este último plantado pela valorização crescente dos frutos.

Criação animal

A criação de animais se resume a de porcos, praticadas por aproximadamente 40% das famílias. Já outros animais como galinha e patas são criados somente por uma parcela muito pequena da população. Não há na região a presença de criadores de animais de grande porte como búfalos ou gado.

O sistema de maré na região favorece a criação de animais de pequeno porte, pois providencia o alimento para os animais. Durante o período da maré alta, chamado de enchente, o que ocorre a cada seis horas, as matas são inundadas, na vazante as correntes de água trazem do interior da mata uma diversidade de frutas e sementes silvestre que servem de alimento para os animais.

Os porcos são criados soltos, passam o dia na mata nas proximidades da casa procurando alimentos e voltam no final do dia para a casa para receber um pouco de alimentação, apenas o suficiente para que eles se habituem a voltar para a casa e não se tornarem selvagens. A produção de porcos é destinada o para o consumo das famílias.

1.4.4. Visão da Comunidade em relação à RDS Itatupã-Baquiá: importância da UC e conflitos existentes

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã – Baquiá encontra-se muito bem conservada, em função das famílias moradoras sempre defenderem o seu espaço de reprodução de trabalho, vida e cultura. Por isso, tem apoiado as atividades de gestão dentro da unidade.

Em 2008, foram identificados cinco conflitos ou ameaças (Figura 22) que ao longo dos anos foram sendo trabalhadas em conjunto com os moradores e instituições competentes, atualmente o único conflito existente na RDS está descrito na área “E”.

- a) Área “A” - antes ocupada pela família Lacerda que, no início da década de 1990, mudou-se para a cidade de Santana (AP) e onde são estabelecidos como pequenos comerciantes. Periodicamente vem até a área indicada onde ainda mantém suas plantas como, cacau, açaí, cupuaçu, praticando pesca e caça sem obedecer aos critérios do Plano de Uso de comunidades;
- b) Área “B” - trata-se também de caso de uma pessoa que antes da criação da RDS já havia se mudado para a cidade de Santana (AP). Sempre que o açcaizal se renova nessa área, essa pessoa volta para extrair. Além de extrair o palmito sem observação ao plano de uso e a legislação ambiental, também pratica caça não aceita no Plano de Uso;

- c) Área “C” - Na localidade o Sr. Antonio Aderbal Pereira Góes, residente na cidade de Santana (AP), alegava ser proprietário da área por conta disso, mantinha trabalhadores em regime de semiescavidão, que trabalhava como fregueses, com a maior presença da gestão da UC, ocorrida nos últimos anos, esta área não apresenta mais uma ameaça;
- d) Área “D” - onde ocorria a extração de madeira praticada por um empresário do ramo, conhecido por Grimaldo. Nessa área foi aberta uma estrada muito próxima dos limites da RDS, chegando a ser prometido que a dita seria escavada por maquinário para conduzir a madeira, já que carro constantemente atola nesta região de solo argiloso. As famílias temiam que tal idéia se fossem concretizada, causaria conseqüências desastrosas para os cursos d’água da RDS. Atualmente esta ameaça está praticamente eliminada, pois o INCRA criou um grande assentamento agroextrativista às vizinhanças da RDS (PAE Ilha Grande de Gurupá), retirando assim as pretensões de Grimaldo nesta parte do município de Gurupá;
- e) Área “E” - Na localidade o Sr. Antonio Aderbal Pereira Góes, residente na cidade de Santana (AP), alega ser proprietário de uma área que se limita com a RDS, por ter um registro imobiliário, originário de um pedido de doação protocolado junto ao órgão fundiário estadual. Por conta disso, durante os meses da maré alta, fevereiro a maio, trabalhadores são contratados sob regime de semi-escavidão, estes trabalhadores periodicamente acabam invadindo o território da RDS para extrair palmito;

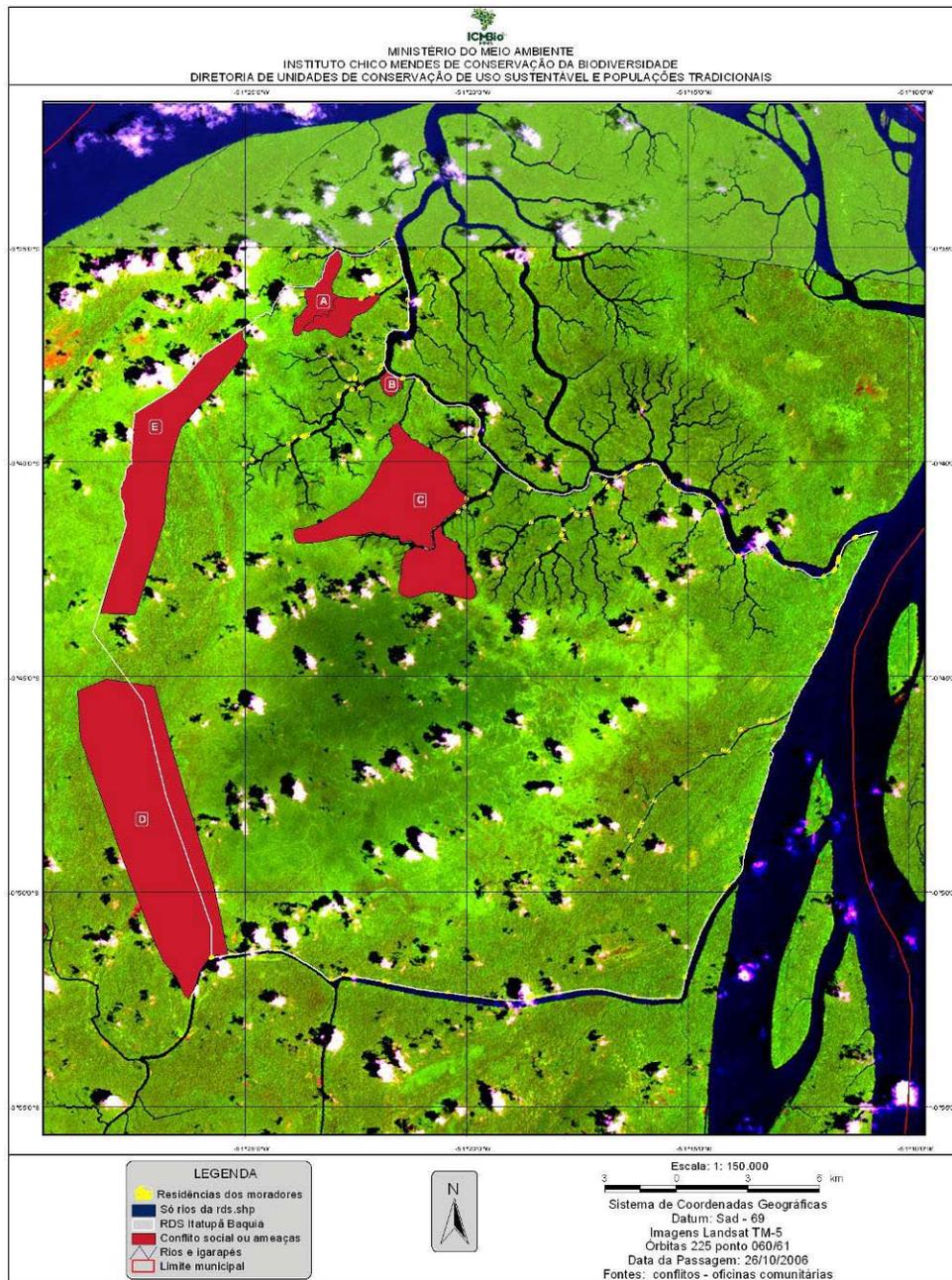


Figura 21. Localização das áreas de ocorrência de conflitos com as famílias moradoras na RDS.

Após a criação da RDS Itatupã-Baquiá, os conflitos diminuíram uma vez que o Estado passou a estar mais presente na região, inibindo não somente a exploração florestal clandestina, mas afastando os grileiros, que “vendiam” as terras locais para compradores de fora do Estado.

1.4.5. Situação Fundiária

As terras da região em que se localiza a RDS Itatupã-Baquiá estão sujeitas às inundações diárias das águas provocadas pelo regime das marés, do ponto de vista jurídico-fundiário elas se apresenta como “terrenos de marinha”, cuja proprietária é a União (Art. 20, VII da constituição Federal), sendo confirmada esta situação na apuração do processo de Cessão de Direito real de Uso, celebrado em dezembro de 2011 entre o ICMBIO e Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Itatupã e Baquiá.

A ocupação das terras, em função dos recursos naturais é semelhantes às demais localidades da região das Ilhas, do Marajó, secularmente elas sempre foram ocupadas, mas a ocupação foi intensificando durante o final do século XIX e início do século XX, dezenas de famílias vindas de outras regiões, na maioria dos casos, as nordestinas migraram para a região com o intuito de extrair o látex para fabricação da borracha, principal produto econômico da época na Amazônia.

Tal ocupação não dependia de nenhum instrumento jurídico de garantia da terra, o que lhes asseguravam eram os caminhos das estradas de seringa, abertos pelos próprios migrantes, os caminhos serviam para dar segurança à posse da terra e como delimitadores com seus confinantes, delimitação estas que perduram até hoje. Destas famílias algumas, procuram as intendências municipais, de Gurupá - PA ou de Mazagão - AP, para requererem a expedição de um documento, de acordo com a legislação da época, chamado de Título de Posse, documento este que dava o direito ao possuidor de legitimá-lo em seu nome, dependendo da situação jurídica da área, ato que não o fizeram.

1.5. Caracterização dos Fatores Abióticos e Bióticos

1.5.1. Meio Físico

Clima

A classificação climática da região, segundo Köppen, é do tipo Ami, cujo regime pluviométrico anual define uma estação seca, porém com total pluviométrico suficiente para manter este período, não caracterizando déficit hídrico. A subdivisão climática da região, segundo a classificação bioclimática da Amazônia de Bagnoul e Gausson, caracteriza-a como sub-região Eutermaxérica que compreende um clima equatorial com temperatura média do mês mais frio superior a 20 °C e temperatura média anual de 26 °C. A precipitação anual é sempre maior que 2.000mm. As estações são inexistentes ou pouco acentuadas. A amplitude térmica é muito fraca e os dias têm a mesma duração das noites. A umidade relativa é alta (> 80%), com ausência total de período seco. Nessa região

predomina o centro de massa de ar equatorial e surgem, também, bolsões de ar na foz do rio Amazonas (VIEIRA & SANTOS, 1987; BRASIL, 1974).

Geologia e Relevo

A formação geológica da região de Gurupá data do período do quaternário é composta pela unidade dos aluviões. Os aluviões são coberturas sedimentares recentes, compreendendo depósitos inconsolidados de variada granulometria, que forma a ampla planície aluvial do Amazonas, na região da ilha do Marajó, Caviana, Mexiana e Ilha Grande de Gurupá (RADAM BRASIL, 1974) (Mapa Geológico do Estado do Pará - Anexo III). A estrutura geológica local é composta pelo Arco de Gurupá, que se estende entre os Cratons Guianês e Guaporé e sob a ilha Grande de Gurupá, com direção geral NW. É chamativa essa feição estrutural com direção geral do Grupo Vila Nova e Gnaiss Tumucumaque.

Como geologia econômica da região destaca-se a proximidade de jazidas conhecidas, como as de Ouro, Bauxita e Caulim em Monte Dourado e Almerim, não havendo, no entanto, nenhum registro de lavra no município de Gurupá (BRASIL, 1974).

A distribuição das formas de relevo da região é marcada por uma brusca interrupção da planície de aluviões holocênicas da calha do rio Amazonas, logo abaixo da foz do Xingu. A montante desta área corre o rio Amazonas em extensa planície que está em pleno processo de colmatação, por mecanismos muito específicos daquele rio. A jusante a sedimentação mais significativa já foi feita quase totalmente. Ocorre então uma nítida separação entre duas feições geomorfológicas diferentes e bem identificadas.

As feições acima são separadas pelo arco de Gurupá, que coincide sua posição com a separação entre duas formas de deposição. Isto é demonstrativo de que os altos estruturais continuaram sua movimentação até o tempo geológico holocênico, apesar de os falhamentos da Fossa Marajoara, associados aos altos estruturais, terem sua datação correlacionada à reativação Wealdeniana. Os comprovantes geológicos destes eventos são definidos na estratigrafia da Fossa do Marajó.

O basculamento e a erosão ativa estão relacionados a um processo de subsidência seguida de transgressão nesta Fossa. O nível de aplainamento da região é designado genericamente de pediplano Pleiocênico e pediplano Pleistocênico, desigualmente distribuídos na região. Os complexos problemas da hidrografia amazônica são em sua maioria decorrentes das movimentações, reativações e colmatações, acima descritos e da transgressão Flandriana, que juntos, explicam a formação das “baías” e furos na região de Breves, Pacajaí, Caxiuanã, Portel e Melgaço, e a drenagem arborescente do canal do Norte na frente de Gurupá (BRASIL, 1974).

Solos

Na região predominam os solos hidromórficos gleizados eutróficos (Gley Húmico e Gley pouco Húmico), de textura siltosa, nas margens das Ilhas do Amazonas, e argilosa à medida que se distânciam para o interior. A fertilidade natural é menor na região estuarina quando comparada à do alto Amazonas e a argila predominante é de baixa atividade (VIEIRA & SANTOS, 1987).

Próximo ao estuário amazônico tem-se as florestas de várzeas influenciadas pelas marés em ciclo diário de enchentes e vazantes. Devido a essa dinâmica são carreados diariamente para essas áreas grandes quantidades de material sedimentar, de origem quaternária, formando solos hidromórficos (AYRES, 1993).

A caracterização química das classes de solos descritas para a região é: fase básica, presença de horizonte subsuperficial com alta percentagem de sódio trocável, de pH acima de 8.2, com pronunciada estrutura prismática e uma predominância de Na^+ e Mg^{++} no complexo de troca.

Segundo BRASIL (1974), o estudo de um perfil no município de Gurupá, permitiria a seguinte descrição:

1. Localização: Estado do Pará, Município de Gurupá
2. Classificação: Gley Pouco Húmido Eutrófico textura argilosa e fase alcalina
3. Situação e Declive: Perfil coletado com trado de caneco, área plana com 0-2% de declive
4. Formação Geológica e Litologia: Quaternário, período Holoceno
5. Material Originário: Sedimentos siltsos e argilosos
6. Relevo Regional: Praticamente plano
7. Drenagem: Mal drenado
8. Erosão: nula
9. Vegetação: Floresta
10. Uso Atual: Vegetação natural
11. Perfil:
 - **A₁** 0 – 30 cm; cinzento (10YR 6/1, úmido); franco argiloso siltoso; maciça; firme, plástico e pegajoso; transição plana e clara.
 - **C_{1g}** 30 – 80 cm; cinzento (10YR 6/1, úmido) mosqueado comum pequeno proeminente bruno amarelado (7.5 YR6/8, úmido), franco argiloso siltoso; maciça; muito firme, plástico e pegajoso; transição plana e clara.
 - **C_{2g}** 80 – 140 cm; cinzento escuro (7.5 YR n4/8, úmido) mosqueado comum pequeno proeminente bruno amarelado (7.5 YR6/8, úmido), franco argiloso siltoso; maciça; muito firme, plástico e pegajoso.

Na RDS Itatupã-Baquiá, segundo estudos da FASE (2005), distinguem-se dois tipos de solos: gley eutrófico e solo hidromórfico indiscriminado eutrófico. O primeiro tipo está localizado na divisa norte da RDS, margeando o rio Tauari. O segundo tipo abrange a maior parte da unidade de conservação, de encontro à região central da RDS. O mapa abaixo demonstra que a maior parte da RDS é composta pelo solo “Gley eutrófico”.

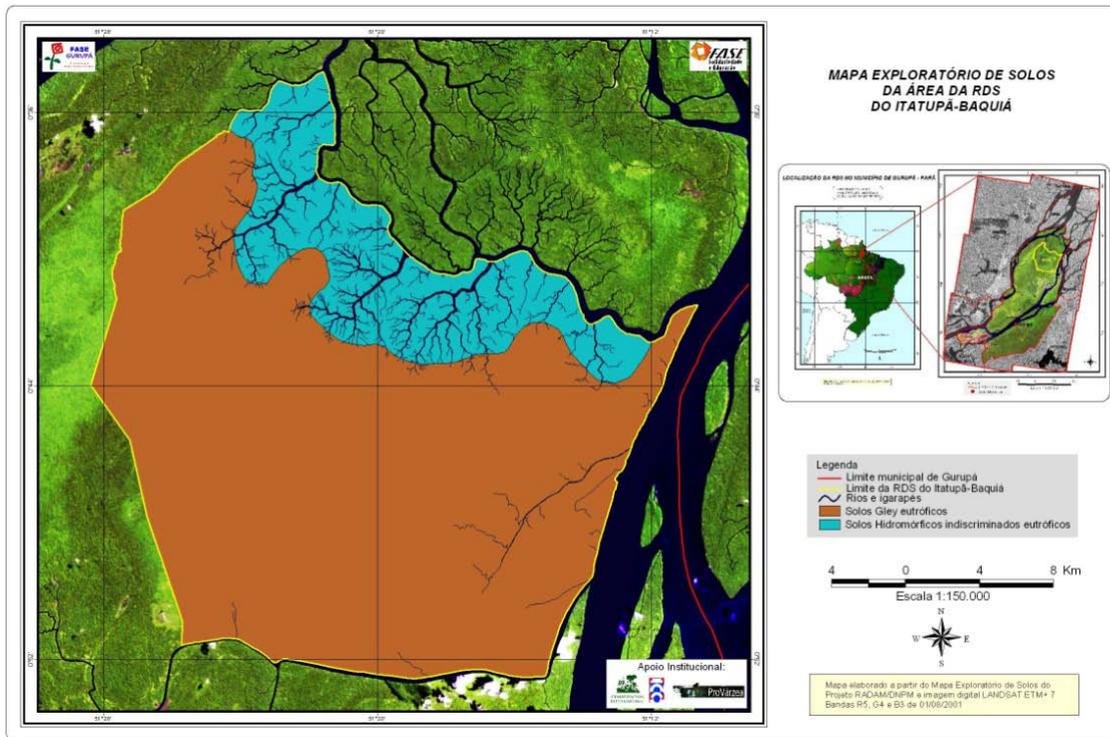


Figura 22. Mapa de solos da RDS Itatupã-Baquiá, segundo estudos da FASE (2005). Fonte: FASE,2001.

Hidrografia

A hidrografia da região é formada pelos rios Jaburu, Tauari, Piracuí, Baquiá e seus vários igarapés e furos. Sua desembocadura encontra-se no rio Amazonas, porta de entrada da ilha Grande de Gurupá.



Figura 23. Rio Tauari, um dos principais acessos à RDS Itatupã-Baquiá. Foto: Pedro Alves.

O movimento sazonal e diário das águas - diferença entre as marés máximas e mínimas chega a ultrapassar 3 m, medida bem superior aos cinco centímetros previstos pelo parágrafo único do Art. 2º do Decreto-Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946 – que dispõe sobre os Bens Imóveis da União e dá outras Providências –, para caracterizar terrenos de marinha. Esse é o principal elemento definidor das paisagens desta região, onde se destacam as várzeas (várzeas baixas e altas) e os igapós, localmente denominados de “centros”.

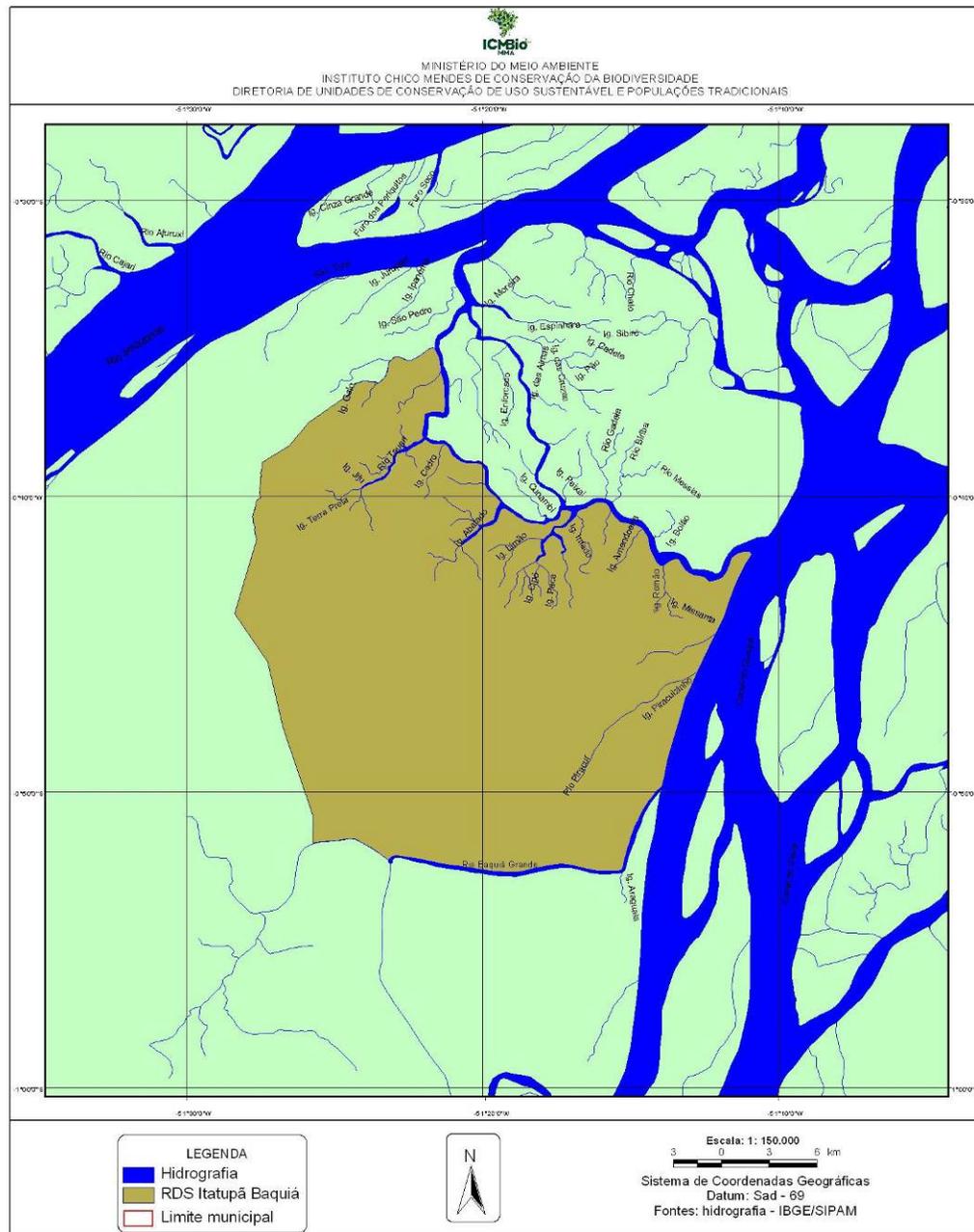


Figura 24. Hidrografia da RDS Itatupã – Baquiá.

O movimento sazonal e diário das águas é o principal elemento definidor da paisagem da região, onde se destacam as várzeas e os igapós. Nestas áreas, a variação diária do nível define a forma de utilizar a terra na região (FASE, 2005; Brasil, 2007).



Figura 25. Variação da maré diária na comunidade São João do Jaburu, RDS Itatupã-Baquiá. Foto: Sérgio Queiroz.

A hidrografia regional tem importância vital, destacando-se seu aproveitamento econômico: a) como único meio de transporte e comunicação entre as cidades e vilas; b) como potencial pesqueiro; e c) como enriquecedor sedimentar das várzeas, através da ação dos rios de água barrenta.

As principais bacias que influenciam no regime das águas da RDS são formadas pelos rios Tauari, Jaburu, Baquiá e Piracuí, que recebem as águas do rio Amazonas em seu Canal chamado Gurupá.

Quanto ao aproveitamento econômico da hidrografia, destaca-se a facilidade da navegação para transporte de cargas e passageiros que interligam cidades importantes como Macapá-Ap e Altamira-Pa, o potencial pesqueiro e o constante enriquecimento sedimentar das várzeas, que mantém as florestas locais.

1.5.2. Meio Biótico

Flora

A vegetação tem uma diversidade muito grande e tem influência direta da hidrografia que define os principais ecossistemas regionais, predominando espécies com

valor econômico como açazeiro - *Euterpe oleracea* Mart, ucuúba - *Virola surinamensis* Warb, sumaúma - *Ceiba pentandra* , andiroba - *Carapa guianensis* , pau mulato - *Calicophyllum spruceanum* Benth, cedro - *Cedrela odorata*, macacaúba - *Platymiscium filipes*, muiratinga - *Olmedia caloneura* (Hub.) Ducke, açacu - *Hura crepitans* etc. Como produtos não madeireiro que atualmente apresenta-se como uma alternativa econômica, ou que pode vir apresentar, destacam-se: seringueira - *Hevea brasiliensis*–Mart, o pracaxi - *Pentaclethra macroloba* , andiroba - *Carapa guianensis* Aubl., buriti - *Mauritia flexuosa* L. o taperebá - *Spondias lútea* e o murumuru (*Astrocaryum murumuru* Mart), entre outras espécies que ainda precisam ser estudadas.

Levantamentos realizados em áreas de várzea baixa e igapó no estuário amazônico demonstram potencial madeireiro superior ao das várzeas altas. No entanto, por serem áreas ecologicamente frágeis são recomendadas ações de conservação e manejo de baixa intensidade, segundo orientação de Pinã-Rodrigues (1999).

As florestas de várzea são relativamente baixas e abertas, comparadas às de terra firme, com altura em torno de 20 a 25m. No entanto, a biomassa pode ser equivalente, com área basal em torno de 25m² e a densidade aproximada de 200 a 300 árvores por hectare; quando se considera somente os indivíduos com DAP = 10 cm (MPEG, 1998; Nelson & Oliveira, 1999). A área da RDS Itatupã-Baquiá é formada essencialmente por três tipos de ecossistemas:

- a) **Várzea alta** conhecida localmente por restinga, nas margens dos cursos dos rios maiores, alagada diariamente durante o inverno na subida da maré, e no verão apenas nas marés mais altas, conhecidas por lançantes; na região oeste da RDS existe uma área de várzea alta, conhecida por terra preta, inundável somente no inverno, durante a maré lançante;
- b) **Várzea baixa** alagada diariamente durante quase todo o ano, exceto nos meses de outubro e novembro, onde são realizadas as principais atividades extrativas de madeira e palmito;
- c) **Igapó** denominado localmente de “centros”, são áreas mais baixas que permanecem alagadas por cerca de nove meses do ano; a área central da RDS permanece alagada durante todos os meses do ano, exceto nos anos que apresenta estiagem fora do comum, esta área está coberta por vegetação arbustiva mista e campestre, são elas: aninga (*Montrichardia linifera*), capitari (*Tabebuia barbata* (E.Mey.) Sandwith) e buritizais (*Mauritia flexuosa* L.f), nela ainda não houve atividades humanas, os moradores da RDS tem esta área como de reprodução de varias espécies, principalmente as aquáticas

Estes ecossistemas são interligados por vários cursos de água (rios, furos, igarapés e regos - caminhos abertos dentro do igapó) que são a única via de transporte possível, exceto a parte que ainda não tem inserção humana.



Figura 26. Vista aérea da formação de palmeiras na RDS Itatupã-Baquiá, onde prevalecem o buriti, o açaí e o buçu. Foto: Pedro Alves.

As restingas nas margens dos rios, na sua quase totalidade, são cobertas por vegetação secundária de 30 a 60 anos (capoeiras e capoeirões), nela estão situadas os quintais nas proximidades das casas e os açazais manejados ou não. É na restinga que são feitos os pequenos roçados para o cultivo da agricultura de subsistência. As áreas de capoeiras novas são reduzidas. Além disso, é prática comum na região o uso de sistemas agroflorestais com predominância do açaí, que se torna dominante em algumas áreas.

A várzea baixa e o igapó são constituídos em sua maioria por matas primárias que já sofreram exploração seletiva, exceto a parte alagada.

De acordo com os levantamentos do Projeto RADAM (BRASIL, 1974) predomina na região a Floresta Ombrófila, sendo que na área da RDS apresenta as distintas tipologias:

- a) Floresta Ombrófila Densa Aluvial Latifoliada com palmeiras, com amplo domínio da paisagem (planícies aluviais, áreas alagadas periodicamente e permanentemente) como o Buriti (*Mauritia flexuosa* Mart.), açaí (*Euterpe Oleraceae* Mart.), murumuru (*Astrocaryum murumuru* Mart.), buçu (*Manicaria saccifera*);

- b) Floresta Ombrófila Densa Aluvial Latifoliada com cobertura arbórea destacando-se as espécies emergentes como o anani (*Symphonia globulifera* L.), tachi (*Sclerolobium* sp), ucuúba (*Virola surinamensis* (Rol.) Warb.), mamorana (*Ochroma pyramidale* (Cav. ex Lam.) Urb.) cinzeira (*Terminalia amazonica* (J.F.Gmel) Exell.), faveira (*Crudia amazonica* Spruce) e andiroba (*Carapa guianensis* Aubl).

De acordo com estudos do Museu Paraense Emílio Goeldi na área (Neto Costa & Rosário, 2006), a distribuição diamétrica para os indivíduos com Circunferência acima do peito (CAP) maior que 31 cm estão representados como primeira classe, com mais de 75% dos indivíduos amostrados, agrupando os indivíduos com CAP entre 31 cm e 101 cm, destacando-se também a presença de indivíduos jovens de espécies e principalmente as palmeiras e lianas, relativamente frequentes nesses ecossistemas. A distribuição assemelha-se a um “J” invertido, representativo das florestas tropicais da Amazônia, mas também tem sido observado em florestas secundárias e em início de sucessão (Rabelo *et al.*, 2002 e Oliveira & Amaral, 2004).

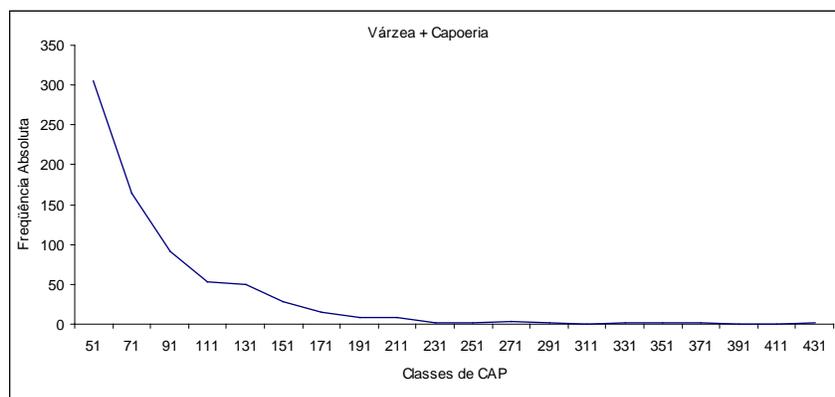


Figura 27. Distribuição classes de CAP dos indivíduos das florestas de várzea e secundária da RDS Itatupã-Baquiá, município de Gurupá, Pará. Fonte: MPEG, 2005.

Para a conservação dessas áreas deve-se levar em consideração o mosaico de vegetação, o estado de antropismo e as variáveis ambientais, para se montar um corredor que contemple todos os tipos de vegetação, através da conexão entre os fragmentos e as áreas contínuas, contribuindo para o fluxo de genes entre as populações (MPEG, 2005).

Fauna

Os animais representam uma importante fonte de recursos para as famílias moradoras na RDS, secundariamente pela proteína animal na dieta alimentar,

principalmente no período chamado de inverno, meses de fevereiro a abril e na reprodução da própria floresta, especialmente pela função de dispersão das sementes.



Figura 28. A preguiça é um dos mamíferos mais comuns encontrados na RDS Itatupã-Baquiá. Foto: FASE, Sérgio Q. Costa.

Um primeiro levantamento e sistematização da ocorrência da fauna de vertebrados, sendo as espécies divididas em anfíbios, aves, mamíferos, peixes e répteis e, ainda, os crustáceos, devido à importância de algumas espécies para a economia da região. Essas espécies foram posteriormente classificadas pelos moradores da região, segundo o status da população e seu uso como alimento ou não.

Observa-se que na região existem pessoas que conhecem a fauna, porém muitas vezes limitadas aos animais de caça, às aves mais “populares”, às cobras e a alguns peixes, que despertam algum interesse econômico. Já os demais animais como os pequenos peixes e os anfíbios, são menos conhecidos. Apesar do conhecimento da existência de vários animais com nomes generalizados como as cutacas, os sapos, etc, foram levantadas 272 espécies da fauna, sendo algumas verificadas em observações de campo (TRECCANI, QUEIROZ & ALVES, 2004).

Acredita-se que estudos feitos pelo Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG) representem apenas uma amostra do potencial faunístico presente na área, e que muitas outras espécies deixaram de ser enumeradas. A Figura 21 apresenta a ocorrência de espécies por classe, com destaque para os peixes (94 espécies) e as aves (83 espécies). Das 272 espécies citadas, algumas constam na Lista das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, publicada através da Instrução Normativa nº 3, de 27 de maio de 2003, e nº 5, de 21 de maio de 2004 do Ministério Do Meio Ambiente.

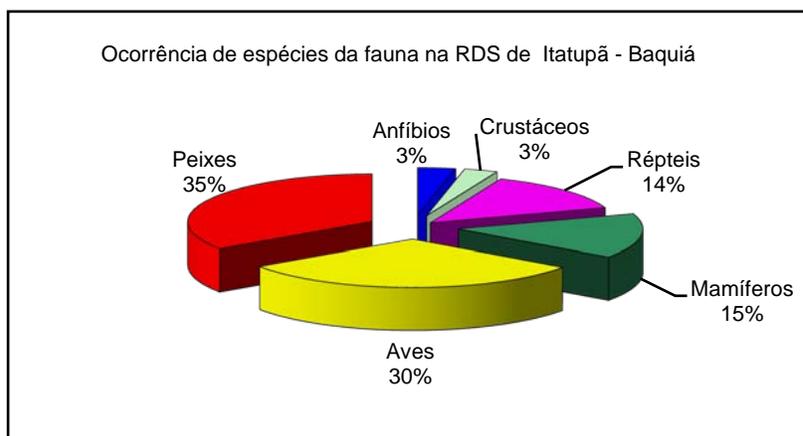


Figura 29. Representação das classes faunísticas segundo a ocorrência na RDS Itatupã-Baquiá segundo pesquisas do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Estudos do MPEG observaram uma entomofauna aquática e semi-aquática bem distribuída no ambiente de Várzea Alta e com pontuações no Igapó. Nos ambientes aquáticos estudados, as mudanças acontecem nas dinâmicas das águas de um dia para o outro e, provavelmente, de um período do ano para o outro (chuvoso e seco). Estas dinâmicas interferem sensivelmente nas populações de insetos aquáticos e semi-aquáticos (Trindade, 2006).

Para o estudo dos mamíferos realizado por Silva Jr. *et. al.* (2006) uma lista das espécies de mamíferos de ocorrência esperada e/ou confirmada foi elaborada com base em informações da literatura e revisão do acervo da coleção científica de mamíferos.

A obtenção de informações acerca da mastofauna local envolveu métodos associados, como busca ativa e registro direto (visualização) e indireto das espécies (vocalização, rastros, pegadas e ossadas), emprego de armadilhas de contenção viva, redes de neblina e, ainda, entrevistas com moradores locais.

Os pequenos mamíferos voadores foram amostrados através do método usual em trabalhos com morcegos, consistindo em capturas noturnas com auxílio de redes de neblina usadas para interceptar suas rotas de vôo (Silva Jr. *et. al.*, 2005).

O conjunto de espécies de mamíferos inventariado foi constituído por 21 famílias, 39 gêneros e 43 espécies. Destas 21 famílias, uma pertence à ordem Didelphimorphia (mucuras), três pertencem à ordem Xenarthra (tamanduás), uma à ordem Chiroptera (morcegos), duas à Primates (macacos), quatro à Carnivora (com presença de onças), uma à Cetacea (botos), uma à Sirenia (peixe-bois), uma à Perissodactyla (veados), uma à Artiodactyla e seis à Rodentia (rato soiá).

Considerando os três tipos de habitats existentes na reserva, floresta de várzea alta, baixa e igapó, somente alguns mamíferos representantes das ordens Didelphimorphia,

Xenarthra e Rodentia podem ser considerados seletivos a certos ambientes. Isto se deve ao fato destes, apresentarem características morfológicas adaptativas que conferem a algumas espécies restringirem-se a áreas com ou sem influência de marés. Das 11 ordens de mamíferos neotropicais, 10 foram registradas na reserva (Silva Jr. *et. al.*, 2005).

1.6 Declaração de Significância

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Itatupã – Baquiá situa-se no município de Gurupá, na “Região das Ilhas”, mesorregião do Marajó, no estado do Pará.

Esta região, a qual a RDS está inserida, é uma área prioritária para a conservação devido a sua relevante importância biológica, densidade populacional da flora e fauna altas, pressão dos recursos pesqueiros e florestais, e necessidade de conservação genética de espécies ameaçadas na região estuarina do rio Amazonas.

A RDS Itatupã-Baquiá, primeira e única nesta categoria a nível federal, foi criada pela demanda de comunidades extrativistas interessadas em manter seu modo de vida tradicional, pela perspectiva da proteção dos recursos naturais e regularização fundiária da região, além da área possuir ecossistemas frágeis.

2. PLANEJAMENTO DE AÇÕES PARA A RDS ITATUPÃ-BAQUIÁ

O Planejamento abrange as ações a serem desenvolvidas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá e na região em que está inserida a proposta da Zona de Amortecimento.

Nesta seção será realizada uma análise estratégica da Unidade, descritos os objetivos específicos para o seu manejo, o zoneamento, o planejamento das atividades por programas de manejo e o cronograma físico que detalha os prazos para as ações propostas, o que permitirá o acompanhamento sistemático da implementação do Plano de Manejo. A estratégia de elaboração baseou-se no roteiro elaborado pelo ICMBIO (2009) para Florestas Nacionais.

2.1. Objetivos específicos

A categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável Extrativista pertence ao grupo das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, que têm por objetivo maior, compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Itatupã-Baquiá tem por objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e qualidade de vida, bem como a exploração dos recursos

naturais pelas populações tradicionais, além de valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvidas por essas populações. Neste sentido, dentro dos objetivos maiores das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, os objetivos específicos da RDS Itatupã-Baquiá são:

1. Promover a conservação dos ecossistemas de Várzea alta, Várzea baixa e Igapó.
2. Conservar as populações silvestres da flora, entre eles: açazeiro - *Euterpe oleracea* Mart, ucuúba - *Virola surinamensis* Warb, sumaúma - *Ceiba pentandra* , andiroba - *Carapa guianensis* , pau mulato - *Calicophyllum spruceanum* Benth, cedro - *Cedrela odorata*, macacaúba - *Platymiscium filipes*, muiratinga - *Olmedia caloneura* (Hub.) Ducke, açacu - *Hura crepitans*, seringueira - *Hevea brasiliensis*–Mart, o pracaxi - *Pentaclethra macroloba* , andiroba - *Carapa guianensis* Aubl., buriti - *Mauritia flexuosa* L., o taperebá - *Spondias lútea* e o murumuru (*Astrocaryum murumuru* Mart)
3. Conservar as espécies da fauna, nativos, residentes ou migratórios, ecologicamente relevantes.
4. Proteger as bacias e redes hidrográficas dos rios Jaburu, Tauari, Piracuí, Baquiá e seus vários igarapés e furos.
5. Contribuir para o conhecimento da diversidade biológica e processos ecológicos associados aos ecossistemas, por meio de pesquisa científica básica e aplicada;
6. Contribuir para o conhecimento, valorização e difusão do modo de vida tradicional dos extrativistas;
7. Contribuir como instrumento para proteção e controle ambiental para toda a região onde a RDS Itatupã-Baquiá está inserida;
8. Promover o desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão de tecnologias apropriadas ao manejo dos recursos naturais utilizados pelos extrativistas, com destaque à extração de produtos florestais não madeireiros;
9. Incentivar o fortalecimento da organização comunitária para possibilitar, entre outros benefícios, seu desenvolvimento econômico e social;
10. Promover a gestão participativa;
11. Promover o protagonismo de sua população extrativista nos processos de gestão participativa;
12. Integrar a RDS Itatupã-Baquiá aos processos de desenvolvimento territorial sustentável regional;
13. Promover o desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão de tecnologias e informações apropriadas a melhoria de qualidade de vida de suas populações extrativistas;

14. Orientar e propor políticas públicas que promovam a melhoria sócio-econômica de sua população extrativista;

2.2. Zoneamento da Unidade de Conservação

O zoneamento é conceituado pela Lei 9.985/00 (SNUC) como “definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação com objetivos de manejo e o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”.

Segundo ICMBio (2009), o zoneamento constitui um instrumento de ordenamento territorial, usado como recurso para se atingir melhores resultados no manejo da Unidade de Conservação, pois estabelece usos diferenciados e normas específicas para diferentes ambientes na Unidade.

Para se chegar às definições das zonas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá, foram utilizadas diferentes metodologia, entre elas, oficinas comunitárias, nas quais foram identificados os diferentes usos dos recursos naturais e os ecossistemas existentes, realizaram-se expedições de campo para identificar as delimitações das zonas, e por fim o Conselho Deliberativo definiu os setores ou zonas e seu uso.

As zonas, em seguida discriminada, foram definidas com a intenção de fornecer subsídios para o ordenamento das diferentes formas de uso dos recursos naturais, bem como, para garantir que possíveis impactos resultantes das ações antrópicas na Unidade, não venha por em risco a biodiversidade e ao mesmo tempo desenvolver, economicamente as famílias tradicionais que nela habita, através do uso dos recursos naturais utilizando técnicas de manejo, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz.

O uso de cada zona poderá ser modificado sempre que forem observadas alterações significativas nas características ambientais, quando novas informações técnicas e científicas subsidiarem uma melhor delimitação das áreas, ou em função da dinâmica populacional no interior da Unidade.

As possíveis alterações, previstas anteriormente só poderão ocorrer se submetidas à análise e aprovação do Conselho Deliberativo da Unidade e do ICMBio.

A RDS é composta por 4 zonas distintas, de acordo com o nível de intervenção humana: a) zona de preservação; b) zona primitiva; c) zona populacional e de manejo florestal comunitário; d) zona de amortecimento.

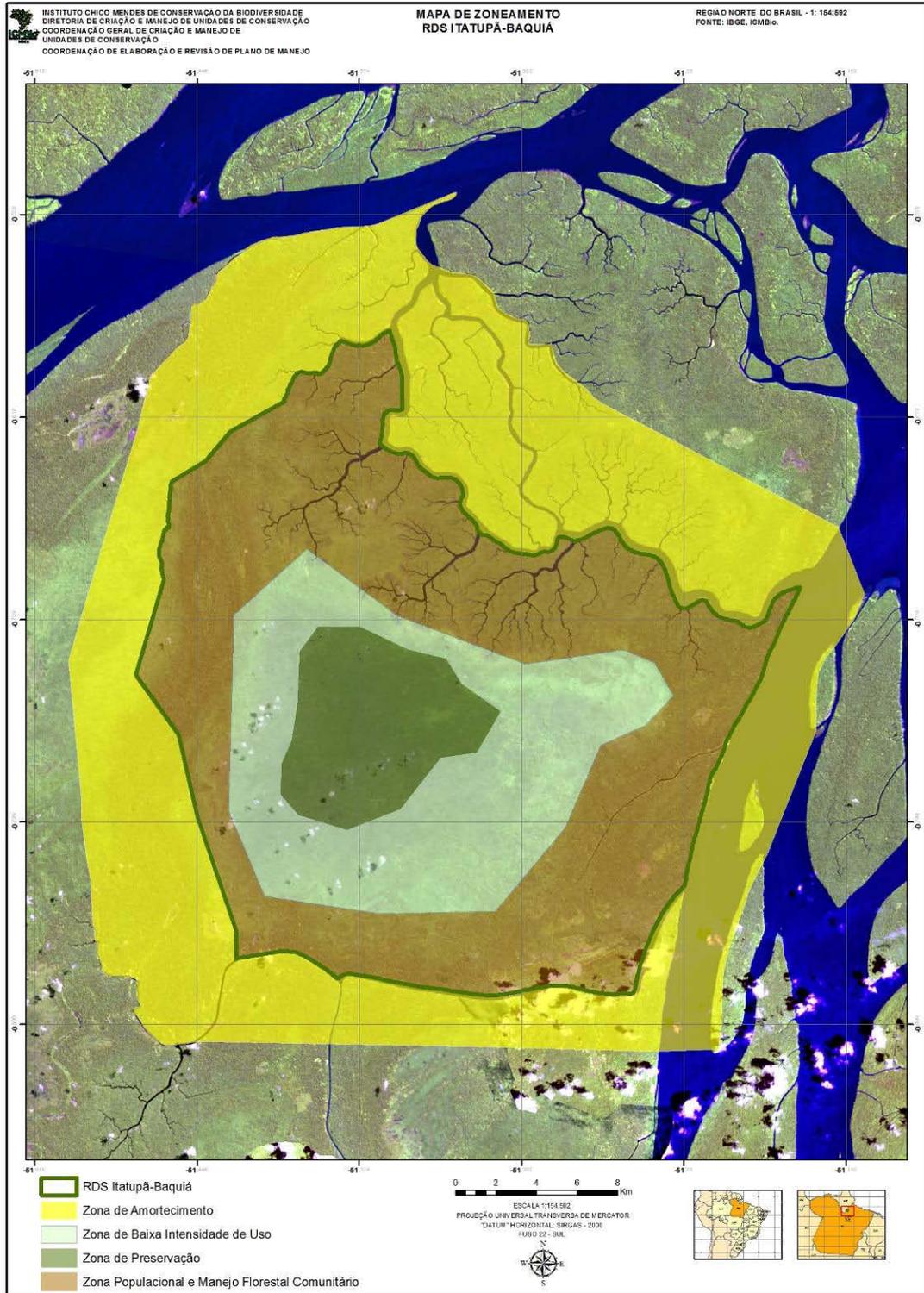


Figura 30. RDS Itatupã-Baquiá e suas Zonas de Intervenção.

2.1.1. Zona de Preservação – Zona I

Nesta zona as atividades humanas serão limitadas à pesquisa, ao monitoramento, e à fiscalização, exercida somente em casos especiais. A fiscalização, o monitoramento e o controle ambiental deverão se limitar, em forma e frequência, ao mínimo necessário para manter a integridade dos recursos protegidos.

A pesquisa ocorrerá exclusivamente com fins científicos, sendo permitidas em situações específicas e limitadas, quando não puder realizá-la em outra zona da unidade de conservação, considerando a especificidade do objeto estudado ou a sua relevância para preservação dos ecossistemas protegidos e a sua condução deverá observar a mínima interferência possível sobre a biota.

Nesta zona não é permitida quaisquer instalações de infra-estrutura.

Nesta zona a vegetação situada nas Áreas de Preservação Permanente deverá ser protegida, não estando autorizadas a exploração de espécies nativas e a supressão de vegetação.

Esta zona abrange uma área de 7.303 (sete mil trezentos e três) hectares, representando 11,28% do território da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá, identificada no memorial descritivo (ver anexo IV).

A zona de preservação está localizada na parte alagada do interior da Unidade que servem de nascente para os rios que formam a hidrografia local e é destinada exclusivamente para o refúgio e reprodução da vida silvestre, fornecimento de sementes, fonte de alimento para as aves e demais espécies da vida silvestre que nela habitam, para abastecer os rios com os peixes que lá se reproduz (conhecidos como peixe do mato), para repovoar espécie da fauna nas áreas onde há maior atividade humana, bem como, para preservar o patrimônio genético, em sua grande maioria, ainda não estudado.

2.1.2. Zona de Baixa Intensidade de Uso – Zona II

A zona II é formada pela parte que permanece alagada por vários meses do ano, conhecida como área de igapó, abrangendo uma área total de 18.046 ha, representando 27,78% do território da UC (memorial descritivo anexo V). Sua vegetação é formada por espécies florestais adaptados a esse ambiente permanentemente alagado, inclusive por açaiçais, caracterizados por ter os diâmetros menores se comparados aos da várzea alta.

Esta zona tem o objetivo específico de ser dispersor de sementes flutuantes, proporcionado pelo movimento natural das águas, ligando a zona de preservação com as demais zonas, possibilitando entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota,

facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas com maior pressão da fauna causada pela presença humana.

- a) A pesquisa, atividades de proteção, o monitoramento ambiental e a educação ambiental são incentivados nesta zona.
- b) É permitido o Turismo ecológico somente nos meses da maré alta (janeiro a junho), já que ela apresenta um bom potencial, por haver muitos caminhos fluviais abertos pelos moradores, ao longo da ocupação humana na região, que os utilizam nas suas atividades diárias de coletas;
- c) É permitida a Coleta de fruto de açai (*Euterpe oleracea*), sementes oleaginosas, como andiroba (*Carapa guianensis*), pracaxi (*Pentaclethra macroloba*), entre outras, como ao longo dos anos já vem sendo utilizado; e
- d) É permitida a Extração de palmitos oriundos dos desbastes das touceiras o que proporciona a espécie uma maior produtividade de frutos.
- e) É permitida a Extração das espécies de madeiras, tradicionalmente utilizadas nas construções das casas, trapiches, cercas e embarcações, conforme regulamentado no Acordo de Gestão, e/ou para fins comerciais, em pequena escala, quando autorizada pelo plano de manejo florestal sustentável a ser autorizado por órgão competente.
- f) Não sendo permitida nesta zona a instalação de infraestrutura para a realização das atividades de manejo e processamento da matéria-prima madeireira e não madeireira, assim como residências humanas.
- g) As Áreas de Preservação Permanente (APP) deverão ser respeitadas conforme Lei 12.651/2012, Novo Código Florestal.

2.1.3. Zona Populacional e de Manejo Florestal Comunitário – Zona III

A zona denominada populacional e de manejo florestal comunitário é formada pelas áreas marginais dos rios que formam a hidrografia da RDS, popularmente conhecida como restinga, assim como por uma faixa de terra do lado oeste que cruza a Unidade de norte a sul conhecida localmente como terra preta, além dos rios e igarapés que estão dentro do território da mesma. Esta área compreende uma área de 39.368 ha, sendo deduzidas as áreas desbarrancadas pelas correntes do rio Amazonas. Esta zona representa 64,43 % do território total da Unidade (ver memorial descritivo anexo VI).

Nesta zona está permitido realizar todas as atividades previstas no Acordo de Gestão, as outras atividades não previstas no Acordo de Gestão estão sujeitas a legislação ambiental e a deliberação do Conselho Deliberativo, como as infraestruturas necessárias para o cumprimento dos objetivos constantes do Art. 2º do Decreto de Criação da UC, observando a legislação ambiental vigente. A edificação das residências das famílias moradores da RDS Itatupã-Baquiá é permitida nesta área.

Da mesma forma, é permitida a exploração florestal madeireira e de produtos da sociobiodiversidade atendendo aos princípios do manejo florestal sustentável e regularizado pelos órgãos ambientais, segundo legislação vigente.

As Áreas de Preservação Permanente (APP) deverão ser respeitadas conforme Lei 12.651/2012, Novo Código Florestal.

2.1.4. Zona de Amortecimento – Zona IV

Definida em cumprimento ao que dispõe o § 6º, do Art. 20, da Lei 9.985/2000, em que “o Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos, e será aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade”.

O Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã Baquiá, definiu que a zona de amortecimento ou entorno, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (Lei nº 9.985/2000 Art. 2º inciso XVIII), tem uma área de 54.911 hectares, delimitada na forma de memorial descritivo (ver anexo VII), e abrange três diferentes modos de uso.

No lado norte, as terras são ocupadas por populações tradicionais extrativistas, que apresentam os mesmos modos de uso das famílias residentes na RDS. Sobre esta área tramita um pedido de criação de uma Reserva Extrativista Federal - Processo Administrativo número 02001.000320/2006-89.

O lado leste da zona, na sua totalidade é formado pelo leito do rio Amazonas, canal de Gurupá e sua utilização é a pesca de subsistência, regulada pelo Acordo de Gestão da UC, praticada pelas famílias residentes nas comunidades próximas. Outra utilização é a navegação de embarcações de pequeno e médio porte, realizada pelos moradores da região e pelas embarcações que fazem linha entra a cidade de Santana – AP e Gurupá, Porto de Moz, Senador José Profiro e Vitoria do Xingu, no Estado do Pará.

Os lados sul e oeste são formados pelo Assentamento Agroextrativista da Ilha Grande de Gurupá, criado pelo INCRA em 29 de dezembro de 2011, no qual as famílias

desenvolvem seu modo de vida baseado no extrativismo vegetal, praticado conforme previsto no Acordo de Gestão da RDS, parte integrante deste Plano de Manejo.

Nesta zona deverão ser respeitadas todas as normas previstas no Acordo de Gestão, em destaque as seguintes normas:

“32. Fica determinada a pesca artesanal no Canal de Gurupá ou Canal do Norte, área de amortecimento da RDS, como modalidade de pesca permitida neste canal.

Parágrafo único. Define-se como Pesca Artesanal a modalidade exercida por produtores autônomos, em regime de economia familiar ou individual. Em que os próprios pescadores desenvolvem suas artes e instrumentos de pescas, auxiliados ou não por pequenas embarcações, como jangadas e canoas. Esta modalidade de pesca contempla a obtenção de alimento para subsistência ou para fins exclusivamente comerciais.

33. Os apetrechos a serem usados na pescaria no canal referido no art.32 são os seguintes:

a) Pesca do Pacu: o tamanho mínimo da malha a ser utilizada é a de fio 0,60mm e o comprimento da rede não pode ultrapassar 100m;

b) Pesca de Sardinha: o tamanho mínimo da malha a ser utilizada e de fio 0,30mm e o comprimento da rede não pode ultrapassar 100m;

c) Pesca de Dourada e Filhote: a malha mínima a ser usada é a de número 16 e o comprimento da rede é de no máximo de 300 braças.

Parágrafo Único - as medidas acima estabelecidas estão com base no acordo de pesca do município de Gurupá ”.

A implantação de qualquer infraestrutura que afete a Unidade de Conservação seguirá o disposto na Instrução Normativa 05 de 2009/ICMBio e a Resolução CONAMA 237 de 1997.

O uso desta área deverá ser compatível com a legislação ambiental e, sempre que o processo de ocupação ameaçar a integridade da Unidade deverão ser tomadas medidas restritivas de uso do solo.

A implantação de infraestruturas como estradas, aterros, portos e outras obras devem ser licenciadas pelos órgãos competentes e autorizadas pelo Conselho Deliberativo e chefia da Unidade de Conservação.

São proibidos o plantio, o armazenamento e a comercialização de Organismos Geneticamente Modificados (OGM);

A criação de novos assentamentos dependerá de prévia anuência da Administração do ICMBio, como parte do processo de licenciamento ambiental.

A averbação das reservas legais (RL) nas propriedades e nos assentamentos rurais limítrofes a Reserva de Desenvolvimento Sustentável deverá ser preferencialmente em áreas adjacentes à UC. As RL nas demais propriedades da ZA deverão ser orientadas para a formação de corredores ecológicos;

O Processo de Licenciamento de atividades potencialmente impactantes ao meio ambiente ou poluidoras deverá ser precedido de autorização do ICMBio ouvido o Conselho Deliberativo da RDS.

Na ZA não será permitida a instalação de atividades poluidoras que possam ameaçar a qualidade de água, assim como, a escavação de valas, abertura de córregos ou construções de diques, que possibilitem a drenagem ou represamento das águas da parte alagada da RDS.

As Áreas de Preservação Permanente (APP) deverão ser respeitadas em conformidade com o Novo Código Florestal, Lei 12.651/2012.

Deverão ser respeitadas, rigorosamente, as regras de sinalização, instalação de empreendimentos e tráfego de embarcações, de acordo com a legislação de navegação da Capitania dos Portos da Amazônia Oriental – Marinha do Brasil.

Tabela 3. Zonas de Intervenção da RDS Itatupã-Baquiá.

Grau de Intervenção	Zona	Atividades Admitidas
Nenhuma ou Baixa	Preservação	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa, monitoramento, e à fiscalização, somente em casos especiais. • Não são permitidas: caça, desmatamento, extração de produtos madeireiros e não madeireiros.
	Baixa Intensidade de Uso	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa • Proteção • Educação ambiental • Turismo ecológico • Coleta de frutos • Extração de palmito mediante manejo • Extração de madeira utilizada nas construções das casas, trapiches, cercas e embarcações, conforme regulamentado no Acordo de Gestão. • Manejo Florestal Comunitário

Grau de Intervenção	Zona	Atividades Admitidas
Média intervenção	Populacional e de Manejo Florestal Comunitário	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa • Proteção • Atividades agroflorestais previstas nos acordos coletivos de uso dos recursos naturais, entre eles o Acordo de Gestão. • Manejo Florestal Comunitário • Manejo florestal de produtos da sociobiodiversidade • Moradias • Construção de estruturas necessárias à comunidade • Construção de estruturas necessárias à gestão da RDS pelo ICMBIO
Alta intervenção	Amortecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades atuais e possíveis que evitem incidentes com a RDS • Empreendimentos que respeitem as normas ambientais vigentes • Pesca artesanal

2.2. Concessão de Direito Real de Uso

Em 2009 foi instaurado o processo administrativo requerendo da Superintendência do Patrimônio da União a identificação de que a área pertencia ao patrimônio federal e sua transferência para o ICMBIO. Com a conclusão do mesmo foi aberto um novo processo pelo Instituto Chico Mendes e em dezembro de 2011 foi assinado com a Associação dos Trabalhadores Rurais Agroextrativista do Itatupã e Baquiá (ATRAEIB), o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU (Anexo VIII).

O CCDRU tem por finalidade assegurar as condições e os meios necessários à reprodução e melhoria dos modos e da qualidade vida das populações extrativistas, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais do imóvel.

Aspecto importante a ser levantado no âmbito desse Plano, diz respeito às atribuições da Concessionária ATRAEIB, cujo não cumprimento implica em rescisão do CCDRU independente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial. Em resumo, as obrigações da Concessionária ficaram assim definidas:

- Preservar, defender, recuperar e controlar o imóvel cedido, tomando as providências administrativas para tal fim;
- Zelar, na área objeto desse Contrato, pela recuperação do meio ambiente e conservação da natureza, através do uso sustentável dos recursos naturais;
- Assegurar que a utilização do imóvel seja compatível com as finalidades sociais que motivaram a cessão objeto do presente contrato;
- Assegurar que as intervenções a serem realizadas na área, tenham a prévia aprovação do Concedente;
- Supervisionar a área concedida, assegurando o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, com vistas à melhoria da qualidade de vida dos beneficiários da Reserva;
- Garantir às famílias beneficiárias o direito de uso da área objeto da presente concessão;
- Facilitar a atuação supervisora da concedente.

Por tanto, o CCDRU co-responsabiliza a ATRAEIB com a gestão e bem-estar da Reserva, que inclui toda a população usuária. Capacidade, não só para a auto-gestão, mas também

para gestão compartilhada da unidade sob um regime de governança verdadeiramente democrática, desafios não só para a associação como também para sua a Concedente (ICMBio), com a qual divide responsabilidades.

2.3. O Plano de Utilização e o Acordo de Gestão

O termo "Plano de Utilização" foi alterado para "Acordo de Gestão" pela Instrução Normativa Nº 29 de 2012, do ICMBio, mas os conceitos permanecem basicamente os mesmos. Portanto, o Acordo de Gestão é um instrumento legal que objetiva regulamentar a utilização dos recursos naturais e os comportamentos a serem seguidos pelos moradores e extrativistas das Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Instrução Normativa nº 29 de 2012). Trata-se de um dos instrumentos de apoio à gestão da Unidade de Conservação que, junto com o Plano de Manejo e o Conselho Deliberativo, compõem instrumentos de gestão da RDS. O Acordo de Gestão difere do Plano de Manejo, por adentrar em especificidades do dia-a-dia e das relações de conduta com a Unidade que o Plano de Manejo não detalha, devendo este ser oficializado por meio de uma portaria específica.

A IN nº 29/2012 coloca que o Acordo de Gestão é o documento que contém as regras construídas e definidas pela população tradicional beneficiária da Unidade de Conservação de Uso Sustentável e o Instituto Chico Mendes quanto às atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área e a conservação ambiental. As regras estabelecidas deverão ser cumpridas por toda e qualquer pessoa que entre ou permaneça dentro dos limites da Unidade de Conservação.

Especificamente nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável o Acordo de Gestão deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio de resolução.

Na RDS Itatupã-Baquiá, o Acordo de Gestão (Anexo IX) foi elaborado em conjunto com os moradores e aprovado pelo Conselho Deliberativo, que também aprovou as alterações propostas no Despacho nº 0007/2015/PFE-ICMBio-SEDE/PGF/AGU, por meio do Memo Nº04/2015 – RDS Itatupã-Baquiá, conforme consta no Processo de Elaboração do Plano de Manejo da RDS Itatupã Baquiá número 02070.002331/2012-28.

2.4. Cenários

A partir da análise da situacional e dos instrumentos de Gestão da Unidade, podemos identificar possíveis cenários de médio e longo prazo para o futuro da RDS Itatupã-Baquiá, apresentados a seguir, conforme estratégias gerais de manejo: 1º - Permanecer no cenário atual; 2º - Manejo de Uso Múltiplo Não Madeireiro; 3º - Manejo

Florestal Madeireiro; 4º - Diversificação da base extrativa de produtos não madeireiros e prestação de serviços ambientais.

2.3.1. Primeiro Cenário – Permanência da situação atual

Nesse cenário, o sistema geração de renda da RDS Itatupã-Baquiá continuaria praticamente na escala atual. A maioria da população continua dependendo economicamente da coleta de fruto de açaí, da pesca artesanal de subsistência de peixe e camarão, da criação de pequenos animais como porcos, pato e galinha e extração em pequena escala de palmito e madeira.

Vantagens

Essa estratégia se sustenta pelo fato de ocorrer mesmo se não houver investimentos significativos na RDS.

Desvantagens

Este quadro oferece pouca solução para aumentar a renda e a qualidade de vida da população. Com o crescimento populacional a pressão sobre os recursos naturais tende a aumentar e conseqüentemente a taxa de conversão da floresta e seus ecossistemas que visualmente é de 100% poderá sofrer conseqüências.

Nesse cenário a perspectiva é o declínio progressivo dos recursos naturais que sofrem maior pressão e das condições ambientais. Este é o cenário mais provável se não houver esforço para aumentar a diversificação e o aproveitamento de uma soma grande de produtos não madeireiros de valor comercial, que atualmente não são aproveitados e por isso não gera renda para a população local.

2.3.2. Segundo Cenário - Manejo Florestal Não Madeireiro de Uso Múltiplo

Para esse cenário, seriam implementados projetos de manejo florestal de uso múltiplo de produtos não madeireiros em diversas localidades da RDS, com o adensamento das cadeias produtivas. A partir dessas ações, seriam comercializados, além do produto mais extraído como o fruto do açaí, o palmito desta palmeira, condições imprescindível para aumentar a produção de frutos, os óleos das sementes de andiroba, murumuru, pracaxi, buriti e o artesanato de sementes e fibras florestais, entre outros.

Vantagens

Trata-se de uma das atividades de maior potencial econômico na RDS, dada a imensa biodiversidade existente. Atualmente as comunidades fornecem produtos primários para atravessadores, na cadeia convencional de intermediação, com uma reduzida renda para os extrativistas.

Desvantagens

Neste cenário existe a necessidade de se superar as dificuldades de padronização da produção em grande escala e obter investimentos na estrutura produtiva, na qualificação do capital humano e social para que os produtores possam gerir negócios sustentáveis e na comercialização.

A perspectiva no quadro apresentado é a melhoria da qualidade de vida das famílias, com a valorização dos recursos naturais numa perspectiva sistêmica, haja vista que o manejo florestal de uso múltiplo se baseia em dois princípios fundamentais: o primeiro é que quanto maior for o número de espécies manejadas e seus produtos derivados, e, portanto, favorecidas pelas boas práticas de manejo, menor é a chance da floresta manejada se distinguir da floresta original. O segundo princípio é que quanto maior for o número de espécies manejadas e seus produtos derivados, menor será a intensidade de exploração de cada uma delas a fim de tornar a exploração economicamente viável, e, portanto, será menor a possibilidade de se quebrar alguma relação ecológica importante.

2.4.3. Terceiro Cenário – Manejo Florestal Madeireiro

Neste cenário a estratégia de investimento tem como base a implantação de Planos de Manejo Florestal Madeireiro Comunitário, bem como a implantação de uma estratégia que vise agregação de valor aos produtos madeireiros extraídos da RDS, aproveitando os saberes local.

Vantagens

A madeira é um dos recursos naturais com maior potencial de manejo dentro da RDS, pois a população local tem um histórico de repulsa a extração em larga escala, a prática de forma sustentável da extração deste recurso e a abundância de varias espécies. Na estratégia do manejo florestal madeireiro comunitário, este poderá ser implementado

pelas unidades familiares beneficiadas que já dispõem de conhecimentos básicos na exploração e beneficiamento primário.

As Associações: dos Produtores do Jaburu – APROJA e dos Trabalhadores Agroextrativista do Distrito do Itatupã ATEDI, ambas trabalharam com Plano de Manejo florestal Comunitária, aprovados pelo IBAMA, antes da criação da RDS.

Considerando a implementação do manejo florestal madeireiro faz-se necessário investimento financeiro e tecnológico para capitalizar as associações para gerir grande parte da cadeia produtiva, além da garantia de infraestrutura e equipamentos.

Esta atividade melhoraria a renda das famílias, criava condições para melhorias das residências, já que é a matéria prima usada nas construções, além de afastá-los do assédio das empresas madeireiras.

Desvantagens

A atividade madeireira em escala comercial realizada pelas comunidades tradicionais da Amazônia tem sido apontada como a grande alternativa para a manutenção das florestas sociais. Porém, os resultados alcançados até o momento não têm demonstrado o sucesso esperado, e, indicam que só serão alcançados em médio e longo prazo e desde que sejam realizados investimentos na formação de recursos humanos e gerenciais. A captação desses recursos é fator limitante para as associações de moradores e produtores da RDS reduzindo o impacto dessa estratégia no desenvolvimento e geração de renda e emprego.

As experiências em atividade de exploração madeireira em Unidades de Conservação são relativamente novas, com observância de impactos sócio-ambientais significativos em áreas já sujeitas ao manejo madeireiro, ainda que na modalidade comunitária. Poucas famílias são incluídas nos projetos, o que causa desagregação social. Por outro lado, a exploração madeireira acaba por ser concorrente dos produtos não-madeireiros.

Ainda temos pouca experiência no monitoramento de projetos desta natureza, causado principalmente pela dificuldade da legalização desta atividade e pela facilidade que há para exercê-la na região Amazônia de forma ilegal, mas não investir nela ajuda manter a ilegalidade.

2.4.4. Quarto Cenário - Diversificação da base produtiva, segurança alimentar e prestação de serviços ambientais

Neste último cenário, a dinamização da economia da RDS virá aliada a conservação da floresta e dos recursos aquáticos e dar-se-á sobre uma base produtiva mais diversificada, originada da produção integrada de produtos extrativistas madeireiros e não madeireiros, dos recursos pesqueiros e da agrosilvicultura, com a melhoria do manejo dos açazais nativos e o gradativo adensamento das cadeias produtivas, combinado com o aumento da oferta e acessibilidade de alimentos básicos de consumo popular.

A promoção da adequação ambiental induzirá os extrativistas para o desenvolvimento socioambiental integrado.

Vantagens

Para os moradores da RDS a renda deve vir aliada à conservação da floresta. O futuro aponta para uma maior diversidade de cadeias produtivas de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros e da agrosilvicultura, incluídos ainda a remuneração de serviços ambientais, repartição de benefícios pelos conhecimentos tradicionais associado ao patrimônio genético, bioindústria, dentre outros.

É importante considerar, ainda, o potencial da RDS com relação aos seus atrativos cênicos e culturais para o desenvolvimento do turismo de natureza e cultural.

Desvantagens

As atividades extrativas dos moradores da RDS são atividades que exigem plano de manejo aprovado, licenciamento ambiental, licença para transportar produtos de origem florestal. Porém pela dificuldade de acessar estes serviços, na maioria dos casos, as atividades são executadas sem o cumprimento desta exigência legal. Essa situação leva os produtores extrativistas a vulnerabilidade diante dos atravessadores, pagando muito pouco pelos produtos. No entanto, tal fato só se sucede porque o Estado não possui capacidade de oferecer respostas às demandas desse segmento produtivo. Apesar da criação de leis ambientais, as instituições não foram aparelhadas para responderem as demandas no que se refere às exigências ambientais.

As limitações metodológicas e operacionais das instituições prestadoras de assistência técnica e a deformidade no modelo de concessão de crédito rural, inadequado às condições dos produtores agroextrativistas em UC, são obstáculos significativos para uso diferenciado dos produtos manejados de forma sustentável.

Outro fator que deve ser posto em destaque é que, embora populações tradicionais que vivem nas unidades de conservação – UC, como os extrativistas da RDS sejam beneficiários das políticas destinadas a infra-estrutura da reforma agrária que trouxeram vantagens nunca vistas antes para essas populações, essas comunidades não consegue acessar estes direitos, talvez por estarem distante do órgão que tem o papel de implementar estas políticas.

Destaca-se, ainda que a inclusão social das famílias moradoras da RDS não se dará somente com infraestrutura e benefícios econômicos. Políticas públicas de ordem social e cultural devem ser fortalecidas na área da saúde, educação, esporte, lazer, comunicação e cultura. Tais medidas devem vir atreladas a um conjunto de tomadas de decisões políticas que viabilizem a permanência dessas famílias no meio rural, com tão desejada qualidade de vida para todos e todas, evitando dessa forma, os chamados êxodos rurais.

2.5. Programas de Sustentabilidade Ambiental e Socioeconômica da RDS Itatupã-Baquiá

Com base na análise dos quatro cenários descritos acima, foram construídos os Programas e Subprogramas nos quais estão organizadas as ações e propostas a serem implantadas, com o objetivo de: promover o manejo sustentável dos recursos naturais; valorizar a cultura e melhorar a qualidade de vida das famílias usuárias da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá.

A concretização destes programas, subprogramas e seus desdobramentos serão alcançados com a colaboração dos parceiros que tem assento no Conselho da Unidade, do Conselho Deliberativo e do Governo, municipal, estadual e federal, com a elaboração e execução de projetos específicos, com a efetiva participação das comunidades.

2.4.1. Programa de Qualidade de Vida e Cidadania

Este programa envolve as estratégias para apoiar e promover parcerias com as instituições públicas competentes, garantindo o acesso dos moradores aos serviços essenciais de saúde, educação, saneamento, habitação, comunicação, cultura, lazer e esporte, energia elétrica e transporte.

Subprograma: saúde

Para melhorar os serviços na área da saúde pública sugere-se articulação com os órgãos competentes para:

- Construção de Posto de Saúde da Família, equipado nas comunidades Santo Antonio do Baquiá e outro na com unidade Belo Horizonte do Tauari, o primeiro atenderá as comunidades Santo Antonio, Perpetuo Socorro e São Francisco do Piracui, o segundo atenderá as comunidades Belo Horizonte, Santa Luzia e Santa Maria, todas no rio Tauari;
- Estruturação do Posto de Saúde da comunidade São João do Jaburu;
- Aquisição de embarcação para transporte de emergência;
- Médicos da família atendendo periodicamente nos postos de saúde e
- Dotar a Casa da Criança da Floresta, localizada na Comunidade Santa Maria do rio Tauari de: equipamentos, transporte e profissionais na área da saúde para atendimentos emergenciais e preventivos, além de trabalhar atividades recreativas, de higiene e alimentar das crianças.

Parceiros: Prefeitura Municipal de Gurupá (Secretaria de Saúde e de Ação Social), Conselho Nacional de Serigueiros (CNS), Associação dos Trabalhadores AgroExtrativistas do Itatupã e Baquiá (ATRAEIB).

Subprograma de educação

Para a melhoria do sistema educacional na RDS sugere-se articulação com os órgãos competentes para:

- A construção de prédio escolar com no mínimo 10 salas nas comunidades de Belo Horizonte do rio Tauari e comunidade Santo Antonio do Baquiá Grande;
- Criação de escolas politécnicas nas áreas florestal, gestão ambiental, agrosilvicultura, mecânica básica, informática e cursos técnicos na área de saúde;
- Construir mais 8 salas de aula na escola e uma escola infantil na cabeceira do rio Tauari grande na comunidade São João do Jaburu, 10 salas na escola Manoel Lourenço dos Reis do rio Tauari, 10 salas na escola Vista Alegre do rio Baquiá Preto e 8 salas na escola Maria Neuza do Rio Jaburu;

- Aquisição da merenda escolar da produção local, seguindo um cardápio regional.

Parceiros: Associação da Casa Familiar Rural de Gurupá, Prefeitura Municipal de Gurupá (Secretaria de Educação), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Estado do Amapá (UNIFAP), Associação dos Trabalhadores AgroExtrativistas do Itatupã e Baquiá (ATRAEIB), Comunidades locais.

Subprograma de saneamento básico

Para que sejam garantidos à população da RDS níveis crescentes de salubridade ambiental, se faz necessária articulação com os órgãos competentes para a promoção de programas e ações voltados ao provimento dos serviços públicos essenciais para todos, como:

- Implantar sistema de captação e tratamento de água em todas as residências da RDS e seu entorno, definido neste Plano de Manejo, já que toda a água usada pelas famílias vem diretamente do rio sem nem um tipo de tratamento.
- Implantar programas de coleta, transporte, e destinação adequada do lixo.
- Instalação de banheiros com vasos sanitários e fossas sépticas nas casas, inclusive na residência das famílias, consideradas não cliente da reforma agrária, como os agentes de saúde, agente comunitário de saúde, professores e serventes, com residência fixa na RDS e entorno.

Parceiros: Programa Nacional de Reforma Agrária (coordenação INCRA), Prefeitura Municipal de Gurupá, Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Estado do Amapá (UNIFAP), Associação dos Trabalhadores AgroExtrativistas do Itatupã e Baquiá (ATRAEIB), Comunidades locais, Território da Cidadania do Marajó do Governo Federal.

Subprograma habitação

Pleitear-se neste item a construção de habitação padronizada com os recursos do Crédito Instalação, concedidos pelo Programa Minha Casa Minha vida do Governo Federal, para todas as famílias cadastradas da RDS, que vivem em moradias que oferecem pouco ou nenhum conforto.

A extensão dos benefícios deve contemplar as famílias residentes na área do entorno já cadastradas pelo ICMBio, entendendo-se que tais moradores estão sujeitos a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

Parceiros: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, INCRA, Prefeitura Municipal de Gurupá, Associação dos Trabalhadores AgroExtrativistas do Itatupã e Baquiá (ATRAEIB), Comunidades locais.

Subprograma comunicação

Para melhorar o sistema de comunicação na RDS sugere-se articulação com os órgãos competentes para:

- A instalação de telefones públicos nas localidades: comunidade Bom Jesus do Baquiá Preto, Latitude: -0° 55' 56.2800" Longitude: -51° 28' 24.6000", comunidade São José do Baquiá Preto, Latitude: -0° 51' 27.0000", Longitude: -51° 25' 23.8800", Porto Santiago, Latitude: -0° 43' 49.0800", Longitude: -51° 11' 42.3600", comunidade Santo Antonio do Baquiá, porto Baquiá, Latitude: -0° 49' 56.2800", Longitude -51° 14' 03.1200", comunidade São Francisco do Piracui. Latitude: -0° 46' 2.6400", Longitude: -51° 13' 0.8400", comunidade Santa Maria do Tauari Latitude -0° 42' 38.5200", Longitude -51° 11' 52.0800", comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Amança Brabo, Latitude -0° 38' 26.8800", Longitude -51° 17' 57.8400", garantido a manutenção freqüente, nestes e nos já instalados nas comunidades: São João do Jaburu e Santa Luzia do Urucuri;
- Fazer gestão junto às operadoras de celular no sentido de ter acesso ao sinal da telefonia móvel;
- Instalação de radio VHF nas comunidades e postos de saúde;
- Instalação de telecentros comunitários em todas as escolas da RDS, com um monitor qualificado, esta ação proporcionará aos jovens da RDS o acesso a faculdade a distância, sendo necessário viajar para a cidade somente nos períodos das provas presenciais.

Parceiros: Prefeitura Municipal de Gurupá, Associação dos Trabalhadores AgroExtrativistas do Itatupã e Baquiá (ATRAEIB), Comunidades locais, Programa de

Inclusão Digital do Governo Federal, Programa Navega Pará do Governo do Estado, Programa ARPA.

Subprograma cultura;

Para proteger os meios de vida e a cultura das populações residentes na RDS e área de entorno sugere-se:

- Incentivar os grupos de cantorias e músicas com os instrumentos conhecidos como pau e corda;
- Incentivar festas religiosas nas comunidades da RDS;
- Buscar parcerias para elaborar e executar programas/projetos de fortalecimento de manifestações culturais.
- Buscar parcerias para inserir as comunidades da RDS em programas/projetos de divulgação e intercâmbio cultural.

Parceiros: Prefeitura Municipal de Gurupá (Secretaria de Cultura), Associação dos Trabalhadores AgroExtrativistas do Itatupã e Baquiá (ATRAEIB), Comunidades locais, Ministério da Cultura, Fundação Curro Velho, Museu Paraense Emilio Goeldi e Programa ARPA.

Subprograma lazer e esporte;

Para melhorar a qualidade de vida das populações residentes na RDS e área de entorno sugere-se:

- Articular parceria para a construção de quadras poli-esportivas suspensas e cobertas nas escolas: São João e Maria Neuza do Jaburu; Belo Horizonte e Manoel Lourenço dos Reis do Tauari e Santo Antonio e Vista Alegre do Baquiá e equipar as quadras com os materiais de esporte necessários para a prática de cada modalidade;

Parceiros: Prefeitura Municipal de Gurupá (Secretaria de Educação), Ministério do Esporte, Associação dos Trabalhadores AgroExtrativistas do Itatupã e Baquiá (ATRAEIB), Comunidades locais.

Subprograma energia elétrica

A universalização do acesso à energia elétrica regular é fator condicionante para o desenvolvimento da região, para isso se faz necessário a urgente implantação do programa Luz Para Todos, para as famílias da RDS e área de entorno, através de tecnologia adequada para a região, já que as famílias não residem agrupadas em vilarejos.

A distribuição da energia, obrigatoriamente terá que ser feita pela rede oficial de distribuição da região, garantindo a manutenção constante e o enquadramento dos consumidores na taxa da energia rural, prevista no Programa Luz Para Todos.

- Articular juntos ao órgão competente a implantação do Programa Luz para Todos na RDS e área de entorno.

Parceiros: Ministério de Mina e Energia, Eletronorte, Centrais Elétricas do Pará (CELPA), Prefeitura Municipal de Gurupá, Associação dos Trabalhadores AgroExtrativistas do Itatupã e Baquiá (ATRAEIB), Comunidades locais.

Subprograma transporte

- Articular parceria para melhorar o programa transporte escolar já em curso, atualmente administrado pela Prefeitura Municipal de Gurupá,
- Articular junto a empresas e Prefeitura Municipal de Gurupá para implantação de um sistema de transporte coletivo, semanal, no percurso cidade de Gurupá-PA a Santana-AP, ida e volta, fazendo o percurso pelos rios Major Baquiá Branco, Piracui, Tauari e Jaburu;
- Fazer gestão junto a Prefeitura local para realizar limpeza e garantir manutenção periódica nos furos e igarapés que servem de acesso a outras comunidades da RDS;
- Fazer gestão junto a Capitania dos Portos para regularização dos condutores de embarcação da RDS e área de entorno.

Parceiros: Capitania dos Portos (Marinha), Prefeitura Municipal de Gurupá (Secretaria de Infraestrutura), Associação dos Trabalhadores AgroExtrativistas do Itatupã e Baquiá (ATRAEIB), Comunidades locais e Programa ARPA.

2.4.2. Programa de Manejo dos Recursos Naturais e Cadeias Produtivas

Este programa tem por objetivo a busca da melhoria da renda, a qualidade de vida das famílias da RDS Itatupã-Baquiá e sua área de entorno, através da prática do uso sustentável dos recursos naturais da água e da floresta.

Subprograma produtos florestais da sociobiodiversidade (extrativismo)

Este subprograma está voltado para o atendimento das necessidades de melhoria da cadeia produtiva, visando diversificar a quantidade dos produtos florestais não madeireiros extraídos e agregação de valor:

- Incentivar e realizar estudo de mercado e Plano de Negócios dos produtos não-madeireiros voltados a produção de alimentos, como: açaí e palmito (*Euterpe oleracea Mart*) e buriti (*Trophis brasiliensis H.Wendl*); e os voltados para produção de óleos vegetais: andiroba (*Carapa guianensis Aubl*), pracaxi (*Parkia pendula (Willd.)*) e o murumuru (*Astrocaryum gynacanthum Mart*), além de fibras e cipós;
- Articular com as organizações locais e o Poder Público Municipal a regularização dos extratores de palmito do açaí pela Instrução Normativa 09/2013 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, para permitir o transporte e comercialização do palmito oriundos dos desbastes dos açaiçais que são feitos com o objetivo de aumentar a produtividade da espécie, visto que esta atividade não se enquadra na legislação de manejo florestal por se caracterizar como uma poda feita na matriz (touceira).
- Articular parcerias para que sejam implantados na RDS unidades de beneficiamento: a) de polpas; b) esmagadora de sementes oleaginosas;
- Articular parcerias para capacitar os extrativistas na administração de negócios, no beneficiamento dos produtos e na operação das unidades de beneficiamento;
- Articular parcerias para capacitar os moradores em manipulação e uso de plantas medicinais, artesanatos e produção de mudas de espécies florestais.

Parceiros: EMBRAPA, Museu Paraense Emilio Goeldi, Associação da Casa Família Rural de Gurupá, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Estado do Amapá, Prefeitura Municipal de Gurupá, Associação dos Trabalhadores AgroExtrativistas do Itatupã e Baquiá (ATRAEIB), Comunidades locais e Programa ARPA.

Subprograma recursos pesqueiros

Este subprograma está voltado para o atendimento das necessidades de melhoria dos processos de manejo dos recursos pesqueiros, através das seguintes ações necessárias para sua efetivação:

- Manutenção dos acordos de pesca contidos no Acordo de Gestão, com fiscalização periódica, monitoramento e educação ambiental.
- Articular com as instituições oficiais o financiamento para piscicultura em tanques, nos moldes já praticados no sul da Ilha Grande de Gurupá, visando a segurança alimentar e a venda do excedentes.

Parceiros: Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Prefeitura Municipal de Gurupá, EMATER – PA, Associação da Casa Familiar Rural de Gurupá, Associação dos Trabalhadores AgroExtrativistas do Itatupã e Baquiá (ATRAEIB), Comunidades locais e Programa ARPA.

Subprograma Criações domésticas de animais de médio e pequeno porte

Como já é de costume a maioria dos moradores criarem animais como pato, galinha, porco, deverá ser realizado a capacitação dos moradores em técnicas sustentáveis, como a produção de ração aproveitando o grande potencial dos recursos existentes na RDS e entorno,

- Realizar estudos no sentido de identificar o poder nutricional dos recursos potenciais para a produção de uma ração balanceada, viabilizando a criação destes animais e permitir a segurança alimentar destas famílias.

Parceiros: EMATER – PA, EMBRAPA, Associação da Casa Familiar Rural de Gurupá, Associação dos Trabalhadores AgroExtrativistas do Itatupã e Baquiá (ATRAEIB), Comunidades locais.

Subprograma produtos madeireiros

Este subprograma objetiva definir estratégias e ações necessárias para a exploração sustentável do recurso madeireiro existente na RDS, tradicionalmente usados pelos moradores.

- Cultivar e manejar espécies florestais para produção madeireira. A produção deverá fornecer matéria-prima para uso na infraestrutura administrativa, comunitária e individual dos moradores. Deve-se priorizar o aproveitamento das árvores mortas e/ou caídas naturalmente;
- Integrar parcerias para realizar oficinas de organização comunitária para o manejo, identificar áreas prioritárias a serem manejadas;
- Elaborar e aprovar Planos de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo Comunitário – PMFS, das áreas com potencial madeireiro.
- Identificar parcerias para realizar capacitação de beneficiamento de madeira (móveis, artesanatos, utensílios, etc.);

Parceiros: EMATER – PA, EMBRAPA, Casa da Familiar Rural de Gurupá, Museu Paraense Emilio Goeldi, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Estado do Amapá, Prefeitura Municipal de Gurupá, Associação dos Trabalhadores AgroExtrativistas do Itatupã e Baquiá (ATRAEIB), Comunidades locais e Programa ARPA.

Subprograma turismo

São pontos atrativos turísticos da RDS, os caminhos dentro da floresta inundada durante o período das cheias, nos meses de fevereiro a maio, utilizados pelos moradores para a coleta de fruto e palmito de açaí. A biodiversidade ainda bem preservada pode oferecer aos possíveis visitantes uma paisagem de árvores centenárias e inumeráveis espécies da fauna a ser fotografada, ou o visitante, divertir-se com o canto das aves.

Para o desenvolvimento do turismo dentro da RDS são necessárias as seguintes ações:

- Apoio à instalação de infraestrutura de transporte, hospedagem e visitação nas comunidades que irão explorar o turismo ecológico;
- Treinamento de pessoal envolvido nas atividades turísticas: guias, cozinheiras, remadores e etc.
- Divulgação dos pontos atrativos e de produtos turísticos já produzidos artesanalmente pelos moradores da RDS e da área de entorno; e,

- Melhorias no sistema de comunicação com a instalação dos telecentros nas escolas e telefones públicos (orelhões) com suas solicitações já em curso no órgão/setor competente.

Parceiros: Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Estado do Amapá, Prefeitura Municipal de Gurupá, Associação dos Trabalhadores AgroExtrativistas do Itatupã e Baquiá (ATRAEIB) e Comunidades locais e Programa ARPA.

Subprograma estudos/pesquisa

Este subprograma está voltado para se adquirir conhecimentos, principalmente nas áreas de:

- a) Análise do potencial de sementes e frutas oleaginosas, atualmente não utilizadas, ou utilizadas em pouca quantidade com é o caso das sementes de andiroba;
- b) Inventário de peixes e das práticas de pesca das famílias moradoras da RDS;
- c) Estudo para identificar, monitorar e propor iniciativas de conservação do peixe-boi;
- d) Estudo de dinâmica populacional, comportamento, economia, caça e conservação de mamíferos silvestres;
- e) Estudo detalhado das marés e limnologia para indicação de ações de combate ao desbarrancamento da porção da RDS margeada pelo “canal de Gurupá” do rio Amazonas como já foi realizado no município de Cametá (Rio Tocantins);
- f) Botânica econômica das espécies florestais não madeireiras;
- g) Levantamento de informações, sistematização, análise e elaboração de proposta adaptativa para as famílias da RDS em função das mudanças climáticas, especialmente devido à baixa altitude das terras da Unidade de Conservação e proximidade do mar;
- h) Inventário e estudos de dinâmica populacional, do comportamento e da conservação da fauna e flora na região central da RDS por uma expedição científica acompanhada por moradores da RDS, visto que hoje essa área é entendida como de criação das espécies de fauna e flora.
- i) Estudos sobre potencial madeireiro das espécies de várzea

- j) Mapear a cadeia produtiva dos Produtos Florestais não madeireiros, como já ocorreu com a semente de andiroba.
- k) Identificação e registro do patrimônio cultural da RDS como os conhecimentos tradicionais do extrativismo das espécies florestais da várzea.
- l) Identificar parceiros para realizar estudos e levantar oportunidades para os comunitários terem acesso ao pagamento por serviços ambientais;

Parceiros: INPA, EMBRAPA, Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Estado do Amapá, CNPQ, Ministério de Ciência e Tecnologia, Universidade Rural do Amazonas (UFRA), Associação dos Trabalhadores AgroExtrativistas do Itatupã e Baquiá (ATRAEIB), Comunidades locais e Programa ARPA.

2.4.3. Programa de Monitoramento e Proteção Ambiental

Este programa visa subsidiar a gestão da RDS por meio de informações que possibilitem a tomada de decisão e correção de rumos das atividades desenvolvidas, bem como monitorar atividades potencialmente degradadoras e poluidoras na Unidade e sua Zona de Amortecimento.

Subprograma proteção e monitoramento ambiental

Este subprograma visa desenvolver ações de controle e fiscalização dentro da RDS e Zona de Amortecimento proposta, bem como, medidas a serem tomadas para coibir os usos indevidos, observando a legislação e os acordos pertinentes à Unidade.

- Realizar ações de fiscalização e monitoramento periódicas na RDS, conforme plano de proteção a ser elaborado;
- Acompanhar anualmente o mapeamento da cobertura vegetal, através de informações fornecidas pelo Sistema DETER e PRODES;
- Articulação com outros órgãos do poder da esfera municipal e estadual para fiscalização na área de entorno da RDS;
- Divulgação dos resultados de fiscalização;
- Capacitação sobre fiscalização para agentes comunitários;
- Divulgação das regras do Acordo de Gestão e do Plano de Manejo da RDS;

- Implantar Sistema de Monitoramento participativo dos Produtos Florestais Madeireiros e Não Madeireiros da RDS;

Parceiros: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), Museu Paraense Emilio Goeldi, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Estado do Amapá, CNPQ, Universidade Rural do Amazonas (UFRA), Associação dos Trabalhadores AgroExtrativistas do Itatupã e Baquiá (ATRAEIB), Comunidades locais, Polícia Federal, Polícia Militar e Civil, Programa ARPA.

2.4.4. Programa de Gestão e Administração

Este programa está relacionado ao estabelecimento da estrutura e funcionamento da gestão da Unidade dotando-a de meios de transporte para que a equipe desenvolva a gestão com eficiência.

Subprograma gestão

Há necessidades de capacitação das instituições (associações, Conselho Deliberativo da RDS) que representam as comunidades beneficiárias da Unidade:

- Cursos de capacitação em gestão e organização, sobre liderança; Planejamento Participativo; administração, prestação de contas, informática, etc.;
- Realização de intercâmbios técnicos e culturais entre as comunidades da RDS, com comunidade de outras UC, para troca de experiências sobre gestão de Unidades de Conservação.

Parceiros: Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Gurupá, Associação dos Trabalhadores AgroExtrativistas do Itatupã e Baquiá (ATRAEIB), Comunidades locais, e Programa ARPA.

Subprograma administração

Para a gestão compartilhada da Unidade e área de entorno, é necessária a seguinte estrutura administrativa mínima:

- Prédio sede (equipado com alojamento, telefone, fax, computadores, Internet, etc) no município de Gurupá;
- Veículo fluvial (barco) e terrestre (carro);
- Ter contratos de vigilância e limpeza na sede administrativa;
- Ter pelo menos dois (2) analistas ambientais e um (1) técnico administrativo.

Parceiros: Prefeitura Municipal de Gurupá e Programa ARPA.

Subprograma comunicação externa

Promover a comunicação e a informação de forma a incentivar o uso sustentável dos recursos naturais e as atividades de interesse das famílias beneficiárias, a gestão participativa e qualificada, e a sensibilização sobre a importância da manutenção da função de biodiversidade dos recursos naturais para a região.

Os meios de comunicação necessários para divulgar a importância da Unidade nos diversos contextos (local, regional, nacional e internacional), onde poderão ser divulgados as ações e os projetos em desenvolvimento, os objetivos ambientais e socioeconômicos e o modelo de gestão (ICMBio, Conselho Deliberativo, Associações, Plano de Manejo) são:

- Produção de informativos, cartilhas, panfletos, folders, entre outros;
- Divulgação em rádios sobre a função da RDS, informativos da gestão da UC, entre outros;
- Produção de vídeo institucional para divulgação dentro e fora da RDS;
- Manter as placas de sinalização legíveis para divulgação do limite da RDS.

Parceiros: Programa ARPA, Prefeitura Municipal de Gurupá, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Gurupá, Associação dos Trabalhadores AgroExtrativistas do Itatupã e Baquiá (ATRAEIB) e Comunidades locais .

Tabela 4. Programas e subprogramas estruturais previstos para a RDS Itatupã-Baquiá.

Programa	Objetivo do Programa	Subprogramas	Ações previstas com articulação de parcerias
Programa de Qualidade de Vida e Cidadania	Apoiar e promover parcerias com as instituições públicas competentes, garantindo o acesso dos moradores aos serviços essenciais de saúde, educação, saneamento, habitação, comunicação, cultura, lazer e esporte, energia elétrica e transporte.	Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de Posto de Saúde da Família, equipado nas comunidades Santo Antonio do Baquiá e outro na com unidade Belo Horizonte do Tauari, o primeiro atenderá as comunidades Santo Antonio, Perpetuo Socorro e São Francisco do Piracui, o segundo atenderá as comunidades Belo Horizonte, Santa Luzia e Santa Maria, todas no rio Tauari; • Estruturação do Posto de Saúde da comunidade São João do Jaburu; • Aquisição de embarcação para transporte de emergência; • Médicos da família atendendo periodicamente nos postos de saúde • Dotar a Casa da Criação da Floresta, localizada na Comunidade Santa Maria do rio Tauari de: equipamentos, transporte e profissionais na área da saúde educação para atendimentos emergenciais e preventivos, além de trabalhar atividades recreativas e higiene e alimentar das crianças.
Programa de Qualidade de Vida e Cidadania	Apoiar e promover parcerias com as instituições públicas competentes, garantindo o acesso dos moradores aos serviços essenciais de saúde, educação, saneamento, habitação, comunicação, cultura, lazer e esporte, energia elétrica e transporte.	Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de prédio escolar com no mínimo 10 salas nas comunidades de Belo Horizonte do rio Tauari e comunidade Santo Antonio do Baquiá Grande; • Criação de escola politécnicas nas áreas florestal, gestão ambiental, agrosilvicultural, mecânica básica, informática e cursos técnicos

Programa	Objetivo do Programa	Subprogramas	Ações previstas com articulação de parcerias
			<p>na área de saúde;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construir mais 8 salas de aula na escola São João do Jaburu, 10 salas na escola Manoel Lourenço dos Reis do rio Tauarí, 10 salas na escola Vista Alegre do rio Baquiá Preto e 8 salas na escola Maria Neuza do Rio Jaburu; • Aquisição da merenda escolar da produção local, seguindo um cardápio regional.
Programa de Qualidade de Vida e Cidadania	Apoiar e promover parcerias com as instituições públicas competentes, garantindo o acesso dos moradores aos serviços essenciais de saúde, educação, saneamento, habitação, comunicação, cultura, lazer e esporte, energia elétrica e transporte.	Saneamento básico	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar sistema de captação e tratamento de água em todas as residências da RDS e seu entorno, definido neste Plano de Manejo, já que toda a água usada pelas famílias vem diretamente do rio sem nem um tipo de tratamento. • implantar programas de coleta, transporte, e destinação adequada ao lixo. • Instalação de banheiros com vasos sanitários e fossas sépticas nas casas, inclusive na residência das famílias, consideradas não cliente da reforma agrária, como os agentes de saúde, agente comunitário de saúde, professores e serventes, com residência fixa na RDS e entorno.
Programa de Qualidade de Vida e Cidadania	Apoiar e promover parcerias com as instituições públicas competentes, garantindo o acesso dos moradores aos serviços essenciais de saúde, educação, saneamento, habitação, comunicação, cultura, lazer e	Habitação	Construção de habitação padronizada com os recursos do Crédito Instalação, concedidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para todas as famílias cadastradas da

Programa	Objetivo do Programa	Subprogramas	Ações previstas com articulação de parcerias
	esporte, energia elétrica e transporte.		RDS, que vivem em moradias que oferecem pouco ou nenhum conforto.
Programa de Qualidade de Vida e Cidadania	Apoiar e promover parcerias com as instituições públicas competentes, garantindo o acesso dos moradores aos serviços essenciais de saúde, educação, saneamento, habitação, comunicação, cultura, lazer e esporte, energia elétrica e transporte.	Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de telefones públicos nas localidades: comunidade Bom Jesus do Baquiá Preto, comunidade São José do Baquiá Preto, Porto Santiago, comunidade Santo Antonio do Baquiá, porto Baquiá, comunidade São Francisco do Piracui, comunidade Santa Maria do Tauari, e Nossa Senhora de Nazaré do Amansa Brabo • Fazer gestão junto às operadoras de celular no sentido ter acesso ao sinal da telefonia móvel • Instalação de radio VHF nas comunidades e postos de saúde • Instalação de telecentros comunitários em todas as escolas da RDS, com um monitor qualificado, esta ação proporcionará aos jovens da RDS o acesso a faculdade à distância, sendo necessário viajar para a cidade somente nos períodos das provas presenciais.
Programa de Qualidade de Vida e Cidadania	Apoiar e promover parcerias com as instituições públicas competentes, garantindo o acesso dos moradores aos serviços essenciais de saúde, educação, saneamento, habitação, comunicação, cultura, lazer e esporte, energia elétrica e transporte.	Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar os grupos de cantorias e músicas com os instrumentos conhecidos como pau e corda • Incentivar festas religiosas nas comunidades da RDS • Buscar parcerias para elaborar e executar programas/projetos de fortalecimento de

Programa	Objetivo do Programa	Subprogramas	Ações previstas com articulação de parcerias
			<p>manifestações culturais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Buscar parcerias para inserir as comunidades da RDS em programas/projetos de divulgação e intercâmbio cultural.
Programa de Qualidade de Vida e Cidadania	Apoiar e promover parcerias com as instituições públicas competentes, garantindo o acesso dos moradores aos serviços essenciais de saúde, educação, saneamento, habitação, comunicação, cultura, lazer e esporte, energia elétrica e transporte.	Esporte e lazer	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de quadras poliesportivas suspensas e cobertas nas escolas: São João e Maria Neuza do Jaburu, Belo Horizonte, Manoel Lourenço dos Reis, no Tauari, Santo Antonio e Vista Alegre do Baquiá e equipar as quadras com os materiais de esporte necessários para a prática de cada modalidade
Programa de Qualidade de Vida e Cidadania	Apoiar e promover parcerias com as instituições públicas competentes, garantindo o acesso dos moradores aos serviços essenciais de saúde, educação, saneamento, habitação, comunicação, cultura, lazer e esporte, energia elétrica e transporte.	Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do programa Luz Para Todos, para as famílias da RDS e área de entorno, através de tecnologia adequada para a região.
Programa de Qualidade de Vida e Cidadania	Apoiar e promover parcerias com as instituições públicas competentes, garantindo o acesso dos moradores aos serviços essenciais de saúde, educação, saneamento, habitação, comunicação, cultura, lazer e esporte, energia elétrica e transporte.	Transporte	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o programa transporte escolar já em curso, atualmente administrado pela Prefeitura Municipal de Gurupá, • Implantação de um sistema de transporte coletivo, semanal, no percurso cidade de Gurupá-PA Santana-AP, ida a volta, fazendo o percurso pelos rios Major Baquiá Branco, Piracui, Tauari e Jaburu; • Limpeza e manutenção periódica nos furos e igarapés que servem de acesso a outras comunidades da RDS.

Programa	Objetivo do Programa	Subprogramas	Ações previstas com articulação de parcerias
			<ul style="list-style-type: none"> Fazer gestão junto a Capitania dos Portos para regularização dos condutores de embarcação da RDS e área de entorno.
Programa	Objetivo do Programa	Subprogramas	Ações previstas
Programa de Manejo dos Recursos Naturais e Cadeias Produtivas	Alcançar a melhoria da renda e a qualidade de vida das famílias da RDS Itatupã-Baquiá e sua área de entorno, através da pratica do uso sustentável dos recursos naturais da água e da floresta.	Produtos Florestais da Sociobiodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar e realizar estudo de mercado e Plano de Negócios dos produtos não-madeireiros voltados a produção de alimentos, como: açaí (<i>Euterpe oleracea Mart</i>) e palmito, buriti, (<i>Trophis brasiliensis H.Wendl</i>) voltados para produção de óleos vegetais: andiroba, (<i>Carapa guianensis Aubl</i>) pracaxi (<i>Parkia pendula (Willd.)</i>) murumuru (<i>Astrocaryum gynacanthum Mart</i>), além de fibras e cipós Regularizar os extratores de palmito do açaí pela Instrução Normativa 09/2013 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, para permitir o transporte e comercialização do palmito oriundos dos desbastes dos açazais que são feitos com o objetivo de aumentar a produtividade da espécie, visto que esta atividade não se enquadra na legislação de manejo florestal por se caracterizar como uma poda feita na matriz (touceira). Implantar unidades de beneficiamento: a) de polpas; b) esmagadora de sementes oleaginosas Capacitar os extrativistas na administração de

Programa	Objetivo do Programa	Subprogramas	Ações previstas com articulação de parcerias
			<p>negócios, no beneficiamento dos produtos e na operação das unidades de beneficiamento.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitar os moradores em manipulação e uso de plantas medicinais, artesanatos e produção de mudas de espécies florestais
Programa de Manejo dos Recursos Naturais e Cadeias Produtivas	Alcançar a melhoria da renda e a qualidade de vida das famílias da RDS Itatupã-Baquiá e sua área de entorno, através da pratica do uso sustentável dos recursos naturais da água e da floresta.	Recursos pesqueiros	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção dos acordos de pesca contidos no plano de uso dos recursos naturais, deste plano de manejo, com periódica fiscalização, monitoramento e educação ambiental. • Possibilidade de financiamento para piscicultura em tanques, nos moldes já praticados no sul da Ilha Grande de Gurupá, visando a segurança alimentar e a venda do excedentes.
Programa de Manejo dos Recursos Naturais e Cadeias Produtivas	Alcançar a melhoria da renda e a qualidade de vida das famílias da RDS Itatupã-Baquiá e sua área de entorno, através da pratica do uso sustentável dos recursos naturais da água e da floresta.	Criação de animais de pequeno e médio porte	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar estudos no sentido de identificar os recursos potenciais para a produção de uma ração balanceada, viabilizando a criação destes animais e permitir a segurança alimentar destas famílias.
Programa de Manejo dos Recursos Naturais e Cadeias Produtivas	Alcançar a melhoria da renda e a qualidade de vida das famílias da RDS Itatupã-Baquiá e sua área de entorno, através da pratica do uso sustentável dos recursos naturais da água e da floresta.	Produtos Florestais Madeireiros	<ul style="list-style-type: none"> • Cultivar e manejar espécies florestais para produção madeireira. A produção deverá fornecer matéria-prima para uso na infraestrutura administrativa, comunitária e individual dos moradores. Deve-se priorizar o aproveitamento das árvores mortas e/ou caídas naturalmente

Programa	Objetivo do Programa	Subprogramas	Ações previstas com articulação de parcerias
			<ul style="list-style-type: none"> • Integrar parcerias para realizar oficinas de organização comunitária para o manejo e identificar áreas prioritárias a serem manejadas • Elaborar e aprovar Planos de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo Comunitário – PMFS Comunitário, das áreas com potencial madeireiro • Identificar parcerias para realizar capacitação de beneficiamento de madeira (móveis, artesanatos, utensílios, etc).
Programa de Manejo dos Recursos Naturais e Cadeias Produtivas	Alcançar a melhoria da renda e a qualidade de vida das famílias da RDS Itatupã-Baquiá e sua área de entorno, através da pratica do uso sustentável dos recursos naturais da água e da floresta.	Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à instalação de infraestrutura de transporte, hospedagem e visitação nas comunidades que irão explorar o turismo ecológico • Treinamento de pessoal envolvido nas atividades turísticas: guias, cozinheiras, remadores e etc. • Divulgação dos pontos atrativos e de produtos turísticos já produzidos artesanalmente pelos moradores da RDS e da área de entorno • Melhoria no sistema de comunicação com a instalação dos telecentros nas escolas e telefones públicos (orelhões) com suas solicitações já em curso no órgão/setor

Programa	Objetivo do Programa	Subprogramas	Ações previstas com articulação de parcerias competente.
Programa de Manejo dos Recursos Naturais e Cadeias Produtivas	Alcançar a melhoria da renda e a qualidade de vida das famílias da RDS Itatupã-Baquiá e sua área de entorno, através da pratica do uso sustentável dos recursos naturais da água e da floresta.	Estudos/Pesquisas	<ul style="list-style-type: none"> • Análise do potencial de sementes e frutas oleaginosas, atualmente não utilizadas, ou utilizadas em pouca quantidade como é o caso das sementes de andiroba • Inventário de peixes e das práticas de pesca das famílias moradoras da RDS • Estudo para identificar, monitorar e propor iniciativas de conservação do peixe-boi • Estudo de dinâmica populacional, comportamento, economia, caça e conservação de mamíferos silvestres • Estudo detalhado das marés e limnologia para indicação de ações de combate ao desbarracamento da porção da RDS margeada pelo “canal de Gurupá” do rio Amazonas como já foi realizado no município de Cametá (Rio Tocantins); • Botânica econômica das espécies florestais não madeireiras • Levantamento de informações, sistematização, análise e elaboração de proposta adaptativa para as famílias da RDS em função das

Programa	Objetivo do Programa	Subprogramas	Ações previstas com articulação de parcerias
			<p>mudanças climáticas, especialmente devido à baixa altitude das terras da Unidade de Conservação e proximidade do mar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inventário e estudos de dinâmica populacional, do comportamento e da conservação da fauna e flora na região central da RDS por uma expedição científica acompanhada por moradores da RDS, visto que hoje essa área é entendida como de criação das espécies de fauna e flora. • Estudos sobre potencial madeireiro das espécies de várzea. • Mapear a cadeia produtiva dos Produtos Florestais não madeireiros, como já ocorreu com a semente de andiroba. • Identificação e registro do patrimônio cultural da RDS como os conhecimentos tradicionais do extrativismo das espécies florestais da várzea. • Identificar parceiros para realizar estudos e levantar oportunidades para os comunitários terem acesso ao pagamento por serviços ambientais.

Programa	Objetivo do Programa	Subprogramas	Ações previstas
Programa de Monitoramento e Proteção Ambiental	Subsidiar a gestão da RDS por meio de informações que possibilitem a tomada de decisão e correção de rumos das atividades desenvolvidas, bem como monitorar atividades potencialmente degradadoras e poluidoras na Unidade e sua Zona de Amortecimento.	Proteção e Monitoramento Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar ações de fiscalização e monitoramento periódicas na RDS, conforme plano de proteção a ser elaborado • Acompanhar anualmente o mapeamento da cobertura vegetal, através de informações fornecidas pelo Sistema DETER e PRODES • Articulação com outros órgãos do poder da esfera municipal e estadual para fiscalização na área de entorno da RDS • Divulgação dos resultados de fiscalização • Capacitação sobre fiscalização para agentes comunitários • Divulgação das regras do Acordo de Gestão e do Plano de Manejo na RDS • Implantar Sistema de Monitoramento participativo dos Produtos Florestais Madeireiros e Não Madeireiros da RDS
Programa	Objetivo do Programa	Subprogramas	Ações previstas
Programa de Gestão e Administração	Implantar a estrutura e funcionamento da gestão da Unidade dotando-a de meios de transporte para que a equipe desenvolva a gestão com eficiência..	Gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de capacitação em gestão e organização, sobre liderança; Planejamento Participativo; Administração; Prestação de Contas; Informática, etc. • Realização de intercâmbios técnicos e culturais entre as comunidades da RDS, com comunidade

Programa	Objetivo do Programa	Subprogramas	Ações previstas com articulação de parcerias
			de outras UC, para troca de experiências sobre gestão de Unidades de Conservação.
Programa de Gestão e Administração	Implantar a estrutura e funcionamento da gestão da Unidade dotando-a de meios de transporte para que a equipe desenvolva a gestão com eficiência..	Administração	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir prédio sede (equipado com alojamento, telefone, fax, computadores, Internet, etc) no município de Gurupá • Adquirir veículos fluviais (barco) e terrestre (carro) • Ter contratos de vigilância e limpeza na sede administrativa • Ter pelo menos dois (2) analistas ambientais e um (1) técnico administrativo
Programa de Gestão e Administração	Implantar a estrutura e funcionamento da gestão da Unidade dotando-a de meios de transporte para que a equipe desenvolva a gestão com eficiência..	Comunicação externa	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de informativos, cartilhas, panfletos, folders, entre outros • Divulgação em rádios sobre função da RDS, informativos da gestão da UC, entre outros • Produção de vídeo institucional para divulgação dentro e fora da RDS • Manter as placas de sinalização legíveis para divulgação do limite da RDS

3. Conclusões e Recomendações

Este Plano de Manejo foi elaborado como o objetivo principal de determinar as diretrizes e normas a serem seguidas pelas comunidades tradicionais residentes na RDS Itatupã-Baquiá, visando o uso sustentável dos recursos naturais existentes na área, a melhoria da qualidade de vida e a preservação da cultura local. A sua aplicação, necessariamente, deve se estender às entidades representativas e de organização social, das organizações e instituições que compõe o Conselho Deliberativo da Unidade e demais organizações ou pessoas que venham a desenvolver atividades dentro da Unidade e área de entorno proposta, de maneira a atender os preceitos legais contidos na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 – SNUC e no Decreto nº 4.440, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta os artigos da referida lei, das regras de consciência acordadas entre os moradores e demais legislação pertinente.

Este documento tem ainda, como propósito, contribuir para melhorar a gestão dos recursos naturais e dos ecossistemas da RDS e sua área de entorno.

Considerando a dinâmica de ocupação humana da RDS Itatupã-Baquiá e área de entorno proposta, o programa de gestão, de sustentabilidade ambiental e socioeconômica da Unidade, recomenda-se que este Plano de Manejo, ou parte dele, seja revisto sempre que Órgão Gestor e/ou o Conselho Deliberativo identificar a fragilidade de sua eficácia para garantir a sustentabilidade dos ecossistemas, das espécies da água e da floresta e dos meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e qualidade de vida da população local.

4. Referências Bibliográficas

APROJA. 2003. Plano de Manejo Florestal Comunitário para Uso Múltiplo de Andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.) do Rio Jaburu, Distrito do Itatupã. Gurupá, Pará. 41p.

AYRES, J.M. 1993. *As matas de várzea do Mamirauá*. Sociedade Civil Mamirauá/CNPq/ Rainforest Alliance. Brasília, DF. 123p.

BRASIL, 1974. Departamento Nacional de Produção Mineral. Projeto RADAM, Rio de Janeiro, RJ.

BRASIL, 2007a. Casa Civil da Presidência da República – PR. *Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó*. Brasília, DF. 296p.

BRASIL. 2007b. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto n° 4.340, de 22 de agosto de 2002. Brasília: MMA/SBF. 7ª edição. 52 p.

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, Programa Amazônia, Núcleo Desenvolvimento Local, Projeto Demonstrativo Gurupá. Cadastro das Famílias Residentes na RDS Itatupã e Baquiá, Gurupá – Pará, 2005. 13p.

IBAMA. Roteiros Metodológicos. Plano de Manejo de Uso Múltiplo das Reservas Extrativistas Federais. Brasília, 2004. 157p.

ICMBIO. Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo de Florestas Nacionais. 2009.

IIEB. Regularização Fundiária e Manejo Florestal Comunitário na Amazônia. Sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá – PA, 2006. 64p.

LIMA, R. R. e TOURINHO, M. M. Várzeas da Amazônia Brasileira: principais características e possibilidades agropecuárias. Belém: FCAP. Serviço de Documentação e Informação, 20p. 1994.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. Caracterização da fitoecologia e da flora da zona de influência da hidrovia do Marajó, ilha do Marajó, Estado do Pará. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1998.51 p.

NELSON, B.W.; OLIVEIRA A. A. de. Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia Brasileira. Programa Nacional de Diversidade Biológica. Macapá, 1999. 67 p.

NETO COSTA, S. V. da & ROSÁRIO, C. da S. Inventário preliminar da vegetação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã e Baquiá, município de Gurupá – Pará, 2006. 26p.

OLIVEIRA JR., P.H.B., NASCIMENTO, M.J.M., “Os Trabalhadores Rurais de Gurupá (PA) em Busca de Alternativas: as estratégias e o mercado do palmito em conserva paraense”, in rev. **Reforma agrária**, n° 3, vol. 21, ABRA, Campinas (SP), 1991.

OLIVEIRA JR., P.H.B., "Campesinato e Alternativas de Desenvolvimento: a organização da resistência camponesa em Gurupá (PA)", in rev. **Proposta**, nº 48, p.38-41, FASE, Rio de Janeiro, 1991.

OLIVEIRA JR., P.H.B., Ribeirinhos e Roceiros: gênese, subordinação e resistência camponesa em Gurupá (PA), DG / FFLCH / USP, São Paulo, 1991. (dissertação de Mestrado).

PIÑA-RODRIGUES, F.C.M. Ecologia Reprodutiva e Conservação de *Virola surinamensis* na Região do Estuário Amazônico. Campinas, Unicamp, São Paulo, 352 p., 1999. (Tese de Doutorado).

RAMOS. C. A, Miranda, N.; Leão, S.; Nascimento, R.; Pinto, J.; Pantoja, M.; Oliveira, P.; Treccani, G.; Alves, P.; Queiroz, S.; Monteiro, J.; Gomes, S.; Teixeira, R.; Silva, A.; Melo, P.; Costa, S.; Mota, C.; Pinã-Rodrigues, F. Manejo Florestal Comunitário: Experiências em Gurupá-Pa. Revista Trimestral da FASE *Proposta*, nº 114, Out-Dez 2007.

SANTOS, E. A. Inventário preliminar da diversidade de insetos aquáticos e análises de água da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã e Baquiá, município de Gurupá – Pará, 2005. 22p.

SILVA Júnior, J. de S e; AGUIAR, S. A. M; LIMA, E. M. de & MUNIZ, I. da C. M. Inventário Preliminar da Diversidade de Mamíferos da RDS Itatupã e Baquiá, Município de Gurupá, Pará, 2006. 20p.

TRECCANI. G., Pantoja, M.; Alves, P.; Queiroz, S.; Pinto, J.; Ramos, C.A.; Miranda, N.; Silva, A.; Leão, S. Gurupá: Regularização fundiária e manejo dos recursos naturais. Revista Trimestral da FASE *Proposta*, nº 113, 2007.

TRINDADE, R. L. da;. Inventário Preliminar da Diversidade de Maruins (*Diptera: Ceratopogonoide*) da RDS Itatupã e Baquiá, Município de Gurupá, Pará, 2006. 20p.

VIEIRA, L. S. & SANTOS, P. C. T. C. **Amazônia**: seus solos e outros recursos naturais. São Paulo: Ceres, 1987. 416p.

VIEIRA, P. C. B. Inventário Preliminar da Diversidade de Mosquitos (*Diptera: Culicidae*) da RDS Itatupã e Baquiá, Município de Gurupá, Pará. 2006. 20p.

VIEIRA, P. C. B. Inventário Preliminar da Diversidade de Mutucas (*Diptera: Tabanidae*) da RDS Itatupã e Baquiá, Município de Gurupá, Pará, 2006. 14p.

VIEIRA, Pedro Alves. Como documentar a terra. Gurupá: Fase Gurupá, 2005. 8p. (mimeo).